



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PROEJA

PPC-PROEJA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ENSINO MÉDIO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

CAMPUS VIDEIRA
VIDEIRA – SANTA CATARINA
BRASIL

Julho 2019

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

CLADECIR ALBERTO SCHENKEL

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ROSÂNGELA AGUIAR ADAM

DIRETORA-GERAL DO IFC – *CAMPUS* VIDEIRA

LIZETE CAMARA HUBLER

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

COORDENADOR DO CURSO

ANA CAROLINA VIEIRA RODRIGUEZ

GLORIA ELIZABETH RIVEROS FUENTES STRAPASSON

COORDENADORA GERAL DE ENSINO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

ANA CAROLINA VIEIRA RODRIGUEZ

CLÁUDIA FÁTIMA KUIAWINSKI

GLORIA ELIZABETH RIVEROS FUENTES STRAPASSON

LIZETE CAMARA HUBLER

RAFAELA AGOSTINI

ROSICLER ZANCANARO BERNARDI

Sumário

Índice

[1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO](#)

[2. APRESENTAÇÃO](#)

[2.1 Missão Institucional](#)

[2.2 Visão Institucional](#)

[2.3 Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense](#)

[2.4 Breve Histórico Institucional / IFC – Campus Videira](#)

[3. PERFIL DO CURSO](#)

[3.1 Concepções e princípios do PROEJA](#)

[3.2 Justificativa](#)

[4. OBJETIVOS DO CURSO](#)

[4.1 Geral](#)

[4.2 Específicos](#)

[5. FORMA DE ACESSO AO CURSO](#)

[5.1. Edital de fluxo contínuo](#)

[5.2 Acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida](#)

[5.2.1 Flexibilização Curricular](#)

[5.2.2 Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado – PDI](#)

[6. PERFIL DO EGRESSO](#)

[7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DO CURSO](#)

[7.1 Matriz curricular](#)

[7.2 Da Relação Teoria e Prática](#)

[7.3 Integralização Curricular](#)

[O período para integralização segue o cumprimento da carga horária, sendo 1.200\(mil e duzentas\) horas para a Base Comum do Ensino Médio e 210 \(duzentos e dez\) horas para Qualificação Profissional.](#)

[7.4 Sistemas de avaliação de ensino e aprendizagem do aluno](#)

[7.4.1 Estudos de recuperação](#)

[7.5 Da avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais](#)

[8 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS](#)

[9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO](#)

[10. QUADRO DE PESSOAL](#)

[10.1 Corpo Docente](#)

[10.2 Técnicos Administrativos](#)

[11. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL](#)

[11.1 Infraestrutura Atual](#)

[11.2 Instalações e Recursos Pedagógicos](#)

[11.3 Salas de aula, laboratórios e equipamentos](#)

[11.4 Biblioteca](#)

[12. CERTIFICAÇÃO](#)

[12.1 Terminalidade Específica](#)

[13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS](#)

[EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES](#)

[PRIMEIRO CICLO](#)

[SEGUNDO CICLO](#)

[TERCEIRO CICLO](#)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Denominação do Curso	Curso PROEJA-QP: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Qualificação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
Coordenador do Curso	Nome: Ana Carolina Vieira Rodriguez Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva – 40 horas Titulação: Mestre em Letras – Português/Inglês E-mail: proeja.vieira@ifc.edu.br Telefone: (49)3533 4900
Modalidade	Presencial com atividades não presenciais
Grau	Nível Médio – EJA com qualificação profissional
Titulação	Assistente Administrativo
Legislação	Plano de Desenvolvimento Institucional. Projeto Político-Pedagógico Institucional. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN). Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010 Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. Resolução nº 23 de 18 de dezembro de 2009 – CONSUPER/IFC Decreto n. 5840/2006 (que institui o PROEJA) Resolução Nº 3/ 2018 Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Guia PRONATEC de Cursos FIC Resolução CNE/CEB nº. 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA Resolução CNE/CEB nº 3/2010 Institui Diretrizes Operacionais para a EJA em EaD Parecer CNE/CEB 6/2010 institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA Portaria Normativa IFC CONSEPE n. 04/2019
Eixo Tecnológico	PROEJA Gestão e Negócios

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Local de Oferta	CNPJ:10.635.424/0007-71 Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - <i>Campus</i> Videira Esfera Administrativa: Federal Endereço: Rodovia SC 135 KM 125, Bairro Campo Experimental, CEP: 89564-590 – Videira, SC, Brasil. Telefone/Fax: (49) 3533-4900 E-mail: proeja.videira@ifc.edu.br Site da Unidade: http://www.videira.ifc.edu.br
Turno	Noturno
Número de Vagas	35
Idade mínima para ingresso	18 anos
Carga Horária do Curso	Total de 1410 horas (1200 horas de componentes curriculares da base comum do Ensino Médio e 210 horas de Formação Profissional)
Periodicidade	Ciclo
Períodos	Matrícula inicial com inserção por ciclo, de acordo com normatização própria. Duração mínima de 1 ano e 7 meses.

1

2. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os Estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, a Instituição oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso do PROEJA-FIC (PPCP-QP) de Assistente Administrativo com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Cabe salientar que, devido à importância do PPCP, esse deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado constantemente.

Vale ressaltar que o PROEJA abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual. Assume-se, dessa forma, o trabalho na sua perspectiva não alienante.

O PROEJA faz parte da política educacional brasileira que busca a inclusão e a emancipação social daqueles que foram privados de acesso e permanência escolar. Busca-se a formação plena do indivíduo, através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte.

Através dessa perspectiva o educando deve tornar-se protagonista da própria história, que fará parte da construção coletiva do conhecimento e da cidadania através do respeito, diálogo, reconhecimento do outro e da diferença.

2.1 Missão Institucional

Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

2.2 Visão Institucional

Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.

2.3 Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense (IFC) possui atualmente 15 *campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau. O IFC foi criado pela Lei Federal nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. Ofertamos educação em todos os níveis, desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Preferencialmente, buscamos o atendimento das demandas regionais de localização dos *campi*, pois, com isso, esperamos a interferência positiva na transformação da realidade social e econômica, de forma a contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

Programas de bolsa de Pesquisa e Iniciação Científica e de Extensão contemplam importantes atividades, despertando nos estudantes a curiosidade e o interesse em buscar e desenvolver conhecimento além das atividades rotineiras. A maioria dos *campi* possui infraestrutura de alojamento e refeitório para estudantes dos cursos técnicos na área de agropecuária, principalmente para os menos favorecidos, cuja oferta se constitui oportunidade única para o seu desenvolvimento e educação.

A proposta do IFC é, a partir de uma gestão democrática, aproximar o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções, em especial aquelas relacionadas com a educação profissional, reafirmando o compromisso da oferta de educação pública e gratuita de qualidade em todos os níveis e modalidades para os catarinenses.

2.4 Breve Histórico Institucional / IFC – *Campus* Videira

O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira iniciou suas atividades pedagógicas em 06 de março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (E AFC), tendo seu funcionamento autorizado pelo convênio 036/2005. O técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária e ênfase na Gestão da Propriedade Familiar foi o curso pioneiro da unidade, sendo que em 14 de junho de 2008 foi realizada a formatura da primeira turma.

Visando expandir a E AFC em Videira e ampliar a oferta de cursos na cidade em 27 de dezembro de 2007 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedeu em comodato uma área de 235.989,5 m² (23,5 hectares), onde em 05 de maio de 2008 iniciaram-se as obras para construção de salas de aulas e laboratórios. Com a publicação da Lei 11.892 (29 de dezembro de 2008), que criou os Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Sombrio e Rio do Sul foram integradas e passaram a ser *Campi* do Instituto Federal Catarinense. A partir da portaria 04, publicada em 07 de janeiro de 2010, o Ministério da Educação estabeleceu a relação de todos os *Campi* que fariam parte de cada um dos 38 institutos criados no Brasil. Com isso, a unidade que funcionava em Videira como extensão de Concórdia foi elevada à condição de *Campus* Videira do Instituto Federal Catarinense, com autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

O *Campus Videira* em seu novo espaço foi inaugurado em 01 de fevereiro de 2010, sendo que as aulas iniciaram em 26 de abril do mesmo ano com os cursos técnicos concomitante e subsequentes em Agropecuária, Eletroeletrônica, Informática. No segundo semestre do mesmo ano, passou a ofertar o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho. Em 2011 houve expansão na oferta de vagas, sendo mantida a modalidade subsequente e criada a modalidade integrado ao Ensino Médio para os cursos de Informática, Agropecuária e Eletroeletrônica. Em 2011, também, foi criado o bacharelado em Ciência da Computação. No primeiro semestre de 2015 teve início o curso técnico subsequente em Eletrônica e no 2º semestre iniciaram as aulas do curso técnico subsequente em Eletrotécnica. No ano de 2016 teve início o curso de Engenharia Elétrica.

Atualmente o *Campus* conta com mais de 26 mil metros quadrados de área construída em um terreno equivalente a 47 campos de futebol. Esse espaço compreende o bloco salas de aula, laboratórios diversos, bloco administrativo, refeitório, biblioteca e ginásio poliesportivo.

Primeira instituição federal implantada no Meio-Oeste Catarinense, o IFC vem se consolidando ao longo destes oito anos. Desde então, servidores e alunos têm demonstrado que é possível fazer uma Educação pública, gratuita e de excelência na formação de profissionais capacitados, éticos e humanos.

3. PERFIL DO CURSO

3.1 Concepções e princípios do PROEJA

1. Inclusão da população em suas ofertas educacionais: esse princípio parte da premissa de que os jovens e adultos que não concluíram a educação básica em sua faixa etária regular têm tido pouco acesso à rede educacional.
2. Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos: um princípio que assume a educação como direito de todos e dever do Estado, em todas as suas etapas.
3. Ampliação do direito à educação básica pela universalização do Ensino Médio: entende que a formação humana necessita da concepção do trabalho como princípio educativo, homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho, para transformar o mundo para si e para os outros.

4. Pesquisa como fundamento da formação: esse princípio valoriza a contribuição da autonomia intelectual dos sujeitos a partir da produção de conhecimento, de percepções de mundo e do conhecimento da realidade.
5. Condições geracionais, questões de gênero e relações étnico-raciais como bases da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais: perspectiva de que existem outras categorias, além da dos trabalhadores, que são e estão no mundo de jovens e adultos.

Os princípios do PROEJA baseiam-se no conhecimento elaborado a partir da ação conjunta entre docente e aprendiz. Trata-se de uma relação para a reconstrução da realidade e a reorganização do conhecimento historicamente construído de maneira a facilitar a autonomia e a participação crítica do aluno em seu meio.

O que se pretende é uma integração epistemológica de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas, uma integração teoria-prática entre o saber e o saber-fazer, bem como o envolvimento de todos os sujeitos no processo.

3.2 Justificativa

A educação básica é um direito de todos e sua universalização é urgente e necessária, devendo ser assegurada por políticas de acesso e permanência na escola. É através de uma educação pública e de qualidade que se abrem possibilidades para o desenvolvimento pessoal e para a realização do ser humano. Dados estatísticos ainda demonstram que a oferta escolar da Educação de Jovens e Adultos está muito aquém das necessidades socialmente colocadas. Nos 15 *campi* do Instituto Federal Catarinense, dos 132 cursos oferecidos, apenas 4 são de EJA.

Na cidade de Videira não existe oferta de cursos Proeja ativos. A escolha do curso de Qualificação Profissional – Assistente Administrativo – se justifica pelo fato de ele qualificar o profissional para atuar em diversos ramos, como indústria, comércio e prestação de serviços, áreas predominantes na região. A área de oferta foi amplamente debatida em reunião de gestão participativa, que contou com a presença ativa de docentes e técnicos. Além disso, foi realizada uma consulta ao *Campus* vizinho de Fraiburgo, que oferece o curso Proeja de Operador de Computador. De acordo com a experiência do referido *Campus*, o público-alvo tem dificuldades com cursos muito específicos, por essa razão, o *Campus* Fraiburgo está reformulando o seu PPC para abordar a área administrativa. Portanto, Videira optou por um curso que facilite a procura e a adesão dos alunos, além de atender aos arranjos produtivos locais.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), um quarto dos brasileiros entre 18 e 29 anos não conseguiu nem mesmo completar o ensino fundamental. São quase 9 milhões de jovens sem escolaridade básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 39 apregoa que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Observa-se aqui que a integração da educação profissional com o processo produtivo, com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento científico-tecnológico é, antes de tudo, um princípio a ser seguido, uma vez que já está previsto na lei que rege a educação nacional.

Segundo os preceitos da lei, e buscando atender de forma mais abrangente os jovens e adultos trabalhadores vitimados pelos processos de exclusão social, surgiu o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos é dirigido aos jovens acima de 18 anos sem o ensino médio e sem formação profissional formal.

No programa, jovens e adultos têm a possibilidade de cursar o Ensino médio articulado à Educação Profissional, com a proposta de oferecer tanto a formação inicial e continuada de trabalhadores quanto a educação profissional técnica de nível médio articulada ao ensino médio, retomando assim os princípios ético políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, formação humana e à busca de universalização do ensino médio com vistas à elevação da escolaridade. O Programa tem seu projeto educacional fundado na “Integração entre trabalho, ciência, técnica e tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições para o efetivo exercício da cidadania.” (BRASIL, 2007, p. 05)

A EJA – Educação de Jovens e Adultos – é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas. Como finalidade, há o compromisso de propiciar um atendimento mais aberto aos jovens e adultos tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória, quanto a iniciativas de caráter preventivo para diminuir a distorção idade/ano.

No que diz respeito às funções da Educação de Jovens e Adultos, o Parecer CEB nº 11/2000 destaca:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negados – o direito a uma escola de qualidade, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, porém não podemos confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Função equalizadora: a equidade se relaciona com a forma pela qual se distribuem os bens sociais com vistas à construção da igualdade social. Trata-se de garantir que a redistribuição desses bens considere situações específicas, pelas quais determinadas populações foram sustentadas dos seus direitos e que, para a devida equiparação, devam receber proporcionalmente mais oportunidades. Sendo assim, a função equalizadora da EJA busca restabelecer a trajetória escolar de jovens e adultos de modo que possam readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade, viabilizando também novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura (BRASIL, 2000).

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Portanto, as finalidades e funções específicas dessa modalidade de ensino “indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito” (BRASIL, 2000).

Outros atos normativos que fundamentam o PROEJA são: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, os Pareceres CNE/CEB nº 16/99, nº 11/2000 e nº 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº 01/2005.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Geral

Promover a inclusão social de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionando condições para que constituam sua cidadania e possam ter acesso à qualificação profissional, com possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou melhoria na sua condição de sujeito trabalhador.

4.2 Específicos

1. Compreender o sujeito como ser histórico-social capaz de transformar a realidade em que vive por meio dos conhecimentos adquiridos;
2. Ofertar educação comprometida com as três funções definidoras da Educação de Jovens e Adultos: a reparadora, pois permite o retorno à sala de aula desse jovem/adulto; a equalizadora, por permitir que ele volte ao ponto de onde parou, sem qualquer prejuízo; e a função permanente, que propicia a atualização do conhecimento, aquele que vai acompanhá-lo pelo resto de suas vidas e pode ser chamado de qualificadora;
3. Ter o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências;
4. Preparar o educando para o trabalho e a cidadania, para que ele continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
5. Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
6. Capacitar o educando para compreender os fundamentos científico-tecnológicos, relacionando a teoria com a prática;
7. Capacitar o educando para utilizar o raciocínio lógico, crítico e analítico, visando à resolução de problemas;
8. Atender às expectativas e demandas da sociedade e do mercado de trabalho;
9. Promover a inserção de novos profissionais com plena qualificação para o mercado de trabalho, considerando o arranjo produtivo da região.

5. FORMA DE ACESSO AO CURSO

5.1 Edital de fluxo contínuo

O ingresso ao Instituto Federal Catarinense *Campus Videira* para o PROEJA ocorrerá mediante Edital de fluxo contínuo publicado pela Instituição. O acesso é permitido a todo candidato que tenha concluído o Ensino Fundamental e tenha idade mínima de 18 anos no ato da matrícula.

A matrícula deve ser realizada, preferencialmente, antes do início de cada disciplina/ciclo, ou, excepcionalmente até no máximo dois dias de aulas (8 aulas de 50 minutos) após o início de cada componente curricular.

O edital será lançado para ingresso de novos estudantes a fim de completar o número de vagas previstas neste PPC. Havendo demanda em determinado período, o número de vagas ofertado poderá ser revisto pelo Núcleo Docente Básico (NDB), considerando o índice de desistência do curso.

Ao discente é garantido o direito de matricular-se em quantas disciplinas puder frequentar, desde que respeitada a organização curricular em ciclos, ciente de que essa opção poderá acarretar a dilatação do prazo para conclusão do curso. O IFC reserva-se o direito de ofertar apenas as disciplinas do ciclo vigente, tendo o discente o compromisso de aguardar edital referente ao ciclo em que possui disciplinas não frequentadas e ou pendentes de aprovação. A seleção de alunos acontecerá conforme regras do edital da instituição.

5.2 Atendimento a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, a exemplo de muitas instituições de ensino no país, não foi construído visando a acessibilidade de Pessoas com deficiência. Pode-se afirmar que as barreiras existentes eram tanto físicas quanto atitudinais, visto que não se considerava que este grupo pudesse fazer parte destas instituições, pelos mais diversos motivos. Nesse sentido, para que se viabilizasse o acesso e permanência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na instituição, fez-se necessária uma série de medidas, ligadas ao sistema de ensino ou não. Algumas dessas medidas foram baseadas na Lei 10.098/2000 que estabeleceu normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Entre essas, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Outra norteadora das mudanças foi a Lei 10.172/2001, referente ao Plano Nacional de Educação, que estabelece os objetivos e as metas para a educação de pessoas com deficiência, e, entre outros, faz referência aos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, como também faz articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, constantes na Resolução CNE/CEB 02/2001, manifesta o compromisso do país com o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. Considera-se que tais diretrizes tenham significado um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco no que se refere à atenção à diversidade, na educação brasileira. Como diz Carneiro, um dos segmentos que têm um papel de destaque na inclusão de pessoas com deficiência são as instituições federais de ensino:

Em um país de tantas e tão grandes desigualdades sociais, a inclusão no campo da educação profissional do aluno com deficiência supõe a priorização de vagas nos Centros de Educação Profissional das redes públicas... Estas instituições terão, certamente, um papel estratégico fundamental, como centros de referência em cada estado, no campo de uma educação profissional onde caibam todos (CARNEIRO, apud Brasil, 2003, p. 07).

Pode-se afirmar que, mediante tais manifestações legais e o impacto destas na sociedade, iniciou-se um processo de conscientização de que não seria mais o aluno que deveria adaptar-se à escola, mas a escola que, consciente de sua função, possibilitaria a efetivação do processo de inclusão escolar, garantindo o seu acesso e permanência. Visando a eliminação de possíveis discriminações às pessoas com deficiência, através do Decreto Lei nº 3956/01, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra PNEs, esclarecendo em seu Artigo 1º que o termo discriminação seria definido como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência da deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, considera-se que todos tenham direito à educação, sem discriminação, tendo suas necessidades especiais atendidas de maneira adequada pelas instituições de ensino em todo o país. A Constituição Federal é bem clara ao garantir a todos o direito à educação e o acesso (e permanência) à escola, fazendo com que toda instituição de ensino prime pelo princípio da inclusão. O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira tem procurado atender de maneira efetiva às indicações da legislação brasileira nos projetos de construção, (edificação, mobiliário, comunicação, urbanística, etc.) buscando facilitar a acessibilidade e inclusão. A Instituição tem mobilizado seus setores no sentido de encontrar soluções e implementar projetos de caráter inclusivo. A Criação do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, por exemplo, já é uma realidade. A seguir, são citados alguns projetos/metastitucionais que possibilitarão melhor acesso e permanência das pessoas com deficiência:

1. Eliminação das barreiras físicas por meio de um melhor controle dos projetos arquitetônicos (novas construções) e reforma/adaptação da parte antiga;
2. Quebra de barreiras atitudinais via participação da comunidade interna em cursos, seminários, palestras, projetos, etc. que tenham por objetivo fortalecer o espírito inclusivo;
3. Criação de uma Sala Multifuncional para atendimento, equipada com recursos didático-pedagógicos e condições de criação de material específico, de acordo com as necessidades educacionais dos alunos matriculados;
4. Implementação de política de acesso por meio da divulgação dos cursos em espaço específico de frequência de pessoas com deficiência, como as associações e escolas da região.
5. Adaptação do Processo Seletivo aos candidatos com deficiência ou mobilidade reduzida;
6. Regulamentação das funções do NAPNE na Instituição e, em caráter emergencial, a complementação deste com a agregação de outros servidores, pais, alunos, etc., atendendo às indicações do projeto TECNEP do SETEC/MEC, que orienta a criação de Núcleos com uma média de cinco membros;
7. Levantamento e acompanhamento periódico de pessoas com deficiência pelo NAPNE, inclusive no que se refere a possíveis sugestões de adaptações do currículo e avaliação;

8. Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de intérprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considerem o conteúdo semântico da escrita do surdo.

9. Sinalização da instituição com a colocação de placas indicativas, inclusive com escrita em Braille onde for possível;

10. Indicação de espaços específicos de estacionamento para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

11. Solicitação e instalação de TDD, telefone com teclado para surdos. A meta da instituição, ao longo dos próximos anos, com os incentivos provenientes do Governo Federal para o estabelecimento efetivo das novas diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, será a de fazer com que o IFC – *Campus* Videira se apresente como um modelo de acessibilidade e inclusão. No *Campus* de Videira as construções possuem banheiros próprios para cadeirantes em todos os blocos e foi instalado um elevador para uso exclusivo das pessoas com necessidades específicas. Toda a pavimentação contempla rampas de acessibilidade e guia tátil, além de alerta para deficientes visuais que interligam os blocos, desde o abrigo de ônibus em frente ao *Campus* até os blocos.

5.2.1 Flexibilização Curricular

A legislação brasileira recomenda que cabe às escolas organizarem-se para o atendimento dos alunos com necessidades específicas. Sendo assim, a instituição de ensino que busca adotar uma postura inclusivista é aquela que atende ao princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando o seu ritmo e favorecendo seu progresso escolar, assegurando “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, art. 59).

Conforme CNE/CEB/2 (BRASIL, 2001), a escola proverá:

[...] flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (BRASIL, 2001).

No paradigma da inclusão, a adaptação curricular participa, na escola, como ferramenta pedagógica que avalia, identifica e responde às necessidades educacionais específicas individuais, intervindo para o processo ensino-aprendizagem à maneira de cada aluno. Ela implica na programação do processo de escolarização e de ações docentes fundamentadas em critérios que definam: “o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno” (BRASIL, 1998, p.33).

No processo ensino aprendizagem, após verificar que um educando apresenta Necessidades Educativas Especiais (NEE), a escola deverá prosseguir acompanhando o desenvolvimento desse aluno, identificando: as necessidades educacionais especiais; a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário; o assessoramento técnico; e a avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto é fundamental:

- I – a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II – o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte.

A aprendizagem escolar está vinculada ao currículo, portanto as dificuldades de aprendizagem na escola, sejam temporárias ou permanentes, estão vinculadas às adaptações curriculares centradas na interação/tensão entre as necessidades dos discentes e as respostas educacionais a serem oferecidas pela escola.

Neste Projeto Pedagógico a flexibilização do currículo tem como princípio norteador a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Deve ser elaborado desde a entrada do aluno no curso, por todos os professores do curso, em parceria com NAPNE, NUPE, CGE e a família, e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Pedagógico do Curso. Para atualizá-lo, as informações do Plano de Atendimento Educacional Especializado/AEE deverão ser consideradas, quando esse atendimento for disponibilizado.

5.2.2 Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individualizado – PDI

As ações adaptativas estão presentes no cotidiano da sala de aula, mas nem sempre acompanhadas da intencionalidade educativa por parte do professor. Muitas são as possibilidades de sistematizar as ações adaptativas intencionais.

No PPC do Curso de Assistente Administrativo - Ensino Médio com Qualificação Profissional - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-QP), o PDI será elaborado com base em cinco passos, identificados na legislação especializada, a saber:

1º Passo - Respaldo da educação inclusiva nos Documentos Institucionais do *Campus*:

Professores informados sobre a importância da flexibilização no fazer/pensar o processo educativo. Professores cientes dos serviços de apoio pedagógico especializado e de ajudas técnicas que a instituição possui. Tais organizações por parte das instituições se encontram previstos em vários documentos, como o art. 44 da Resolução CNE/CEB/4 (BRASIL, 2010).

Destacamos o que recomenda a Resolução CNE/CEB/2, (BRASIL, 2001) em seu parágrafo único e o Parecer CNE/CEB/17, (2001): Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva (BRASIL, Resolução CNE/CEB/2, 2001). A proposição dessas políticas deve centrar seu foco de discussão na função social da escola.

É no Projeto Pedagógico que a instituição e seus profissionais se posicionam em relação a seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Assim, a escola deve assumir o papel de propiciar ações que favoreçam determinados tipos de interações sociais, definindo, em seu currículo, uma opção por práticas heterogêneas e inclusivas (BRASIL, 2001).

2º Passo - Avaliação inicial. Realizada pelo NAPNE:

Segundo Parecer CNE/CEB/17, (BRASIL, 2001), no decorrer do processo educativo:

[...] deverá ser realizada uma avaliação pedagógica dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, objetivando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo em suas múltiplas dimensões [...] Essa avaliação deverá levar em consideração todas as variáveis: as que incidem na aprendizagem: as de cunho individual; as que incidem no ensino, como as condições da escola e da prática docente; as que inspiram diretrizes gerais da educação, bem como as relações que se estabelecem entre todas elas (BRASIL, 2001).

Por meio dessa avaliação inicial e geral, feita pelo NAPNE, é possível reunir informações sobre o aluno, o contexto em que ele está inserido na escola (sala de aula) e onde mora (família); como o aluno e a família lidam com a necessidade específica apresentada; qual a experiência da escola com essas necessidades específicas; quais recursos técnicos a serem usados podem facilitar o processo de ensino e de aprendizagem (devem ser listados por área do conhecimento).

Nesse momento pode-se, por meio do histórico escolar e de vida desse aluno, sugerir meios de apoio para os professores na sala de aula, assim como verificar se a escola já tem ou necessita adquirir condições materiais ou humanas para atendimento desse aluno.

Segundo o Parecer CNE/CEB/17 (BRASIL, 2001), a avaliação pode ser feita por equipe formada por profissionais da instituição. No entanto, “quando os recursos existentes na própria escola mostrarem-se insuficientes para melhor compreender as necessidades educacionais dos alunos e identificar os apoios indispensáveis, a escola poderá recorrer a uma equipe multiprofissional”. A composição dessa equipe multidisciplinar pode abranger pedagogos, médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais da instituição ou de instituições diferentes. Esse momento se configura em prática educativa intencional.

3º Passo - Identificação das Necessidades Educativas Especiais:

Os professores devem buscar conhecer como e quando o aluno aprende. Partindo das informações listadas na avaliação inicial, os professores poderão identificar as NEE temporárias e/ou permanentes. Nesse momento, o aluno e os professores se comunicam e oportunizam se conhecer. O professor observará as Necessidades Educativas Especiais próprias do aluno, ao mesmo tempo em que verificará as suas possibilidades e as da instituição em responder a elas de forma compatível com as expectativas do aluno. Conforme Resolução CNE/CEB/2 (BRASIL, 2001), para a identificação das Necessidades Educativas Especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar avaliação do aluno no processo de ensino e de aprendizagem, contando, para tal, com:

- I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (BRASIL, 2001).

4º Passo - Interação entre as NEE do discente e as ações educativas que serão necessárias para o seu processo ensino aprendizagem, com intuito de responder que “formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem”. Nessa fase intensificam-se os serviços da Educação Especial, a formação dos profissionais da escola, a flexibilização do processo educativo, a forma como os professores têm conhecimento das estratégias de aprendizagem e do nível de planejamento de adaptação do currículo, assim como das condições de planejar e realizar tais procedimentos sobre o atendimento às dificuldades de aprendizagem. As decisões quanto aos ajustes no processo ensino-aprendizagem do aluno com NEE devem ser compartilhadas com todos os envolvidos no trabalho pedagógico.

A Resolução CNE/CEB/2 (BRASIL, 2001) dispõe sobre as competências e valores que o professor deve ter para atuar em classes comuns com alunos que apresentam NEE:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II – flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001).

5º Passo - Registro do desenvolvimento do aluno no processo educativo:

O registro do percurso do aluno no processo de ensino e de aprendizagem, os ajustes necessários na programação de sala de aula são de fundamental importância para verificar os progressos ou mudanças necessárias. Esse momento do planejamento da ação educativa se caracteriza por possibilitar a reflexão crítica e a reorganização da prática pedagógica docente (visando não só ao aluno com NEE, mas à turma) e pede o diálogo entre professores e alunos. No seu acontecer, não é um momento marcado. É o contínuo do fazer/pensar a prática pedagógica, quando percebemos não ser suficiente ter boas intenções. É preciso ter boas estratégias para que o processo de ensino e de aprendizagem do aluno com NEE aconteça de fato.

A aplicabilidade das adaptações curriculares é uma exigência para toda a escola inclusiva que desenvolve uma pedagogia com foco no aluno. Nesse processo de ensino/aprendizagem as decisões são tomadas em um ritmo no qual cada aluno se desenvolve e aprende. Nessa perspectiva Blanco destaca:

[...] não há adaptações previamente concebidas, como receitas, para as diversas necessidades ou problemáticas. Obviamente, existem algumas condições do desenvolvimento dos alunos com algum tipo de deficiência que têm repercussões em seu processo de aprendizagem e que exigirão certo tipos de adaptações; contudo, não se podem estabelecer a priori as modificações necessárias nas diferentes áreas curriculares ou nas estratégias metodológicas, visto que os alunos e os contextos educativos são diferentes (BLANCO, 2004, p.296).

O PDI, sendo norteador da ação educacional do público estratégico da educação especial, é considerado um documento comprobatório de registro de escolaridade, devendo compor obrigatoriamente a pasta individual do aluno.

6. PERFIL DO EGRESSO

O estudante egresso do Curso PROEJA-QP deve ter demonstrado avanços na aquisição de seus conhecimentos básicos, estando preparado para dar continuidade aos seus estudos. Do ponto de vista da qualificação profissional, deve estar qualificado para atuar nas atividades relativas à área do curso para que possa desempenhar, com autonomia, suas atribuições, com possibilidades de (re)inserção positiva no mundo do trabalho.

Espera-se que o egresso seja capaz de processar e se apropriar das informações, a fim de desenvolver senso crítico, criatividade e atitudes éticas, integrando os conhecimentos gerais, os da cidadania e os da (re)qualificação, na busca da elevação da escolaridade integrada à educação profissional.

Dessa forma, o egresso do Curso de Qualificação Profissional **Assistente Administrativo**, vinculado ao PROEJA-QP Ensino Médio, deverá apresentar um perfil que lhe possibilite:

1. Executar processos administrativos e atividades de apoio em recursos humanos, finanças, produção, logística e vendas;
2. Atender fornecedores e clientes;
3. Fornecer e receber informações sobre produtos e serviços;
4. Tratar documentos variados.

Além das habilidades específicas da qualificação profissional, os estudantes egressos devem estar aptos a:

- Trabalhar com editor de texto e sistemas operacionais de forma básica;

- Adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo e percebendo-se como agente social que intervém na realidade;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter iniciativa, criatividade e responsabilidade.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E PEDAGÓGICA DO CURSO

A Proposta Pedagógica do curso de Educação de Jovens e Adultos ofertado no *Campus Videira* considera o educando um sujeito sócio-histórico-cultural com diferentes experiências de vida, que se afastou da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais, muitas vezes com ingresso prematuro no mundo do trabalho, evasão ou repetência escolar.

Tal educando traz modelos internalizados durante suas vivências escolares ou por outras experiências de vida. Nesses modelos, predomina o de uma escola tradicional, em que o educador exerce o papel de detentor do conhecimento e o educando de receptor desse conhecimento. Busca-se, portanto, o rompimento desse modelo, propiciando ao educando a autonomia intelectual, ou seja, educandos ativos no processo educacional. É importante ressaltar que a proposta do PROEJA-QP não contempla a cultura do aligeiramento da escolarização nem a pedagogia da reprovação, mas sim a pedagogia da aprendizagem, com oferta de qualidade de ensino.

A interdisciplinaridade é uma prática desejável no PROEJA, principalmente pelo caráter integrador da organização curricular, baseada na concentração dos componentes curriculares em suas respectivas áreas do conhecimento. Os docentes envolvidos no programa devem, preferencialmente, construir seus Planos de Ensino de forma conjunta, buscando conteúdos programáticos que interajam com as disciplinas de determinado ciclo.

Além desse aspecto, merece destaque a interação entre teoria e prática, possível de ser alcançada por intermédio das orientações deste documento e pelas estratégias adotadas pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem.

Como forma de estimular a autonomia do discente e sua familiaridade com equipamentos de informática, adota-se como instrumento de aprendizagem aulas presenciais e aulas na modalidade a distância – EAD –, no limite de 20% da carga horária do respectivo componente curricular, conforme Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e regulamentações internas, organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Além disso, o *Campus* Videira conta com uma sala exclusiva para gravação de aulas em vídeo e preparação de atividades na modalidade Ead.

O *Campus* se compromete a oferecer, durante as atividades não presenciais, suporte tecnológico para os alunos que não tenham acesso a computadores. É de responsabilidade do professor de cada um dos componentes curriculares organizar as suas respectivas aulas no *Moodle*, com a inserção das atividades, conteúdos, referenciais, avaliações etc. O professor também deve estar disponível para os alunos nos momentos previstos para aulas não presenciais do componente curricular que ministra, a fim de suprir eventuais dúvidas que possam ocorrer, conforme definido pelo Memorando Circular nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC.

Será instituída, por portaria, uma equipe multidisciplinar local composta por pedagogo, técnico em assuntos educacionais e profissional da área de informática para dar apoio aos docentes na área de Ensino a Distância, conforme Portaria 4/2019 do CONSEPE.

As atividades pedagógicas relacionadas às disciplinas em ambiente virtual deverão ser realizadas pelo professor da disciplina ou por profissional da área pedagógica formalmente designado, tal como previsto no Memorando Circular nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC. Os profissionais incluídos nessa portaria serão escolhidos a partir de sua experiência na modalidade Ead.

Os horários reservados para a realização das atividades não presenciais serão de segundas à sextas-feiras das 18h10min às 19h e nos sábados letivos previstos no calendário do *Campus*. Esses horários serão fixados nos murais e na página do *Campus* para conhecimento dos discentes e acompanhados pelo professor do respectivo componente curricular (Memorando Circular Nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC).

O registro de todas as atividades não presenciais serão realizadas no Diário de Classe do professor, inclusive as atividades de Recuperação Paralela e sua avaliação, quando for o caso (Memorando Circular Nº 048/2015 – PROEN/REITORIA/IFC).

Poderão ser adotadas atividades de cunho pedagógico para apoio continuado aos alunos, disponibilizadas pelo docente via *Moodle*, com o objetivo de complementar o conteúdo desenvolvido em sala de aula.

Quanto à organização metodológica das atividades educativas, usando como referência Machado (2005), poderão ser agrupadas, entre outras possibilidades, da seguinte forma:

Abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos:

- ❖ Concentricidade de temas gerais, ligados entre si;
- ❖ Temas integradores, transversais e permanentes;
- ❖ Temas que:
 - abrangem os conteúdos mínimos a serem estudados;
 - possam ser abordados sob enfoque de cada área do conhecimento;
 - possibilitem compreender o contexto em que os alunos vivem;
 - atendam às condições intelectuais e sociopedagógicas dos alunos;
 - produzam nexos e sentidos;
 - permitam o exercício de uma pedagogia problematizadora;
 - garantam um aprofundamento progressivo ao longo do curso;
 - privilegiem o aprofundamento e a ampliação do conhecimento do aluno.

Abordagem por meio de esquemas conceituais:

- ❖ Foco em conceitos amplos;
- ❖ Escolha de conceitos que mantenham conexão com várias ciências;
- ❖ Desenvolvimento de cada conceito em diversos contextos;
- ❖ Enriquecimento de cada conceito pelas diversas contextualizações.

Abordagem centrada em resolução de problemas:

- ❖ Interpretação visando à solução de problemas propostos por cada disciplina.

Abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade:

- ❖ interpretação visando à discussão de dilemas propostos por cada professor em relação a decisões políticas ou programáticas;

Abordagem por áreas do conhecimento:

- Natureza/trabalho;
- Sociedade/trabalho;
- Multiculturalismo/trabalho;
- Linguagem/trabalho;
- Ciência e Tecnologia/trabalho;
- Saúde/trabalho;
- Memória/trabalho;
- Gênero/trabalho;
- Etnicidade/trabalho;
- Éticas religiosas/trabalho.

Independentemente da forma de organização e das estratégias adotadas para a construção do currículo integrado, torna-se imperativo o diálogo entre as experiências que estão em andamento, o diagnóstico das realidades e demandas locais e a existência de um planejamento construído e executado de maneira coletiva e democrática.

7.1 Matriz curricular

Apresenta-se, a seguir, a Matriz Curricular do Curso PROEJA Assistente Administrativo – Qualificação Profissional integrada ao Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Os componentes curriculares estão organizados por áreas de conhecimento, num total de três ciclos, sendo essas áreas compostas por componentes curriculares da Base Comum do Ensino Médio e componentes da Qualificação Profissional. Poderá haver troca na ordem das disciplinas nos ciclos, de acordo com a necessidade do *Campus* e a disponibilidade docente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA RELÓGIO	CARGA HORÁRIA/AULA TOTAL	CARGA HORÁRIA RELÓGIO/AULA PRESENCIAL	CARGA HORÁRIA RELÓGIO/ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS (20%)
1º CICLO				
LÍNGUA PORTUGUESA	180	216	144	36
LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS	30	36	24	06
EDUCAÇÃO FÍSICA	60	72	48	12
ARTES	30	36	24	06
QUÍMICA	120	144	96	24
INFORMÁTICA BÁSICA – (SISTEMAS OPERACIONAIS E EDITOR DE TEXTO)	30	36	24	06
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E ÉTICA	30	36	24	06
2º CICLO				
MATEMÁTICA	180	216	144	36
FÍSICA	120	144	96	24
BIOLOGIA	120	144	96	24
ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	30	36	24	06
ATENDIMENTO AO CLIENTE	30	36	24	06
3º CICLO				
HISTÓRIA	120	144	96	24
GEOGRAFIA	120	144	96	24
FILOSOFIA	60	72	48	12
SOCIOLOGIA	60	72	48	12
LEGISLAÇÃO E DIREITOS TRABALHISTAS	30	36	24	06
CONTABILIDADE BÁSICA	60	72	48	12
CARGA HORÁRIA TOTAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO (HORA RELÓGIO)				210
CARGA HORÁRIA TOTAL DE BASE COMUM DO CURSO (HORA RELÓGIO)				1200
CARGA HORÁRIA TOTAL DE DO CURSO (HORA RELÓGIO)				1410

A organização da Matriz Curricular contempla o total da carga horária estabelecida na legislação vigente de 1.200 horas para a Base Comum do Ensino Médio e 210 horas para Qualificação Profissional, contemplando ações pedagógicas específicas à modalidade, que levem em consideração o perfil do educando, assegurando-lhe oportunidades apropriadas, considerando suas características culturais, sociais, interesses, condições de vida e de trabalho.

O Componente Curricular de Educação Física é obrigatório, porém o aluno pode pedir dispensa conforme LDB:

Art. 26. § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação, IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; VI – que tenha prole.

Desta forma, o aluno que está amparado pela lei acima citada poderá pedir dispensa da prática de educação Física na Coordenação de Registros Acadêmicos antes do início do componente curricular.

A Matriz Curricular prevê que 20% da carga horária de cada componente curricular será ofertado na forma de Educação a Distância – EAD, desde que garantido aos estudantes o acesso à infraestrutura de laboratórios de informática e à tutoria dos professores de cada um dos componentes curriculares.

7.2 Da Relação Teoria e Prática

O PROEJA-QP busca a garantia e a consolidação da aprendizagem necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho, bem como atuação social. O PROEJA-QP do IFC *Campus* Videira procura contribuir para a preparação dos jovens e adultos para a cidadania, promovendo o aprimoramento dos valores humanos, das relações pessoais e comunitárias e, principalmente, da formação continuada de qualidade.

Nesse sentido, dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, existe a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática, possibilitando o contato, a observação e a vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no PROEJA-QP Assistente Administrativo a relação teoria e prática dar-se-á por meio de atividades práticas em laboratórios de informática, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.

7.3 Integralização Curricular

O período para a integralização do curso segue o cumprimento da carga horária, sendo 1.200(mil e duzentas) horas para a Base Comum do Ensino Médio e 210 (duzentos e dez) horas para Qualificação Profissional. A Matriz Curricular segue a organização por ciclos, tendo a duração de acordo com a carga horária das disciplinas de cada ciclo, como apresentada no item 7.1 deste PPC. A entrada será regulamentada por edital de fluxo contínuo e a matrícula poderá ser efetivada por disciplina, conforme perfil ou condição de frequência do estudante.

7.4 Sistemas de avaliação de ensino e aprendizagem do aluno

A avaliação fornece subsídios ao professor para analisar o processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender as defasagens que podem existir no caminho. A avaliação diagnóstica tem como um dos objetivos investigar os conhecimentos que o aluno traz para que, a partir dele, sejam adequados os processos de aprendizagem na busca das suas reais necessidades, com o compromisso de sua ampliação, trabalhando o conhecimento científico e tecnológico.

Nesse sentido, a avaliação possibilita a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos alunos, seus sucessos e dificuldades, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira paralela aos estudos, como preconiza a LDBEN.

Tem como princípio o diagnóstico das potencialidades dos alunos, compreendendo-os como seres em construção, situados em um contexto histórico e com capacidade de interagir com o meio em que vivem. Ela será contínua e cumulativa, visando elevar o nível de saberes, bem como promover e estimular o educando no aprimoramento do seu próprio conhecimento e de sua realidade, buscando uma formação cidadã.

Nessa perspectiva, não basta elencar novos instrumentos para avaliar alunos e alunas jovens e adultos, mas sim propor a superação das concepções tradicionais e alicerçar o currículo como um todo num paradigma emancipatório, que permita diálogo e negociação entre professores e alunos acerca dos objetivos e critérios pedagógicos.

Assim, a avaliação passa a ser determinante na construção de um movimento curricular permanente que aponte não só intervenções necessárias para que os alunos façam elaborações mais complexas dos conhecimentos, mas também que reorienta cotidianamente a prática pedagógica. Para o aluno, a avaliação passa a ser reguladora da aprendizagem, ou seja, cada aluno é parâmetro de si mesmo, cabendo a ele identificar, em conjunto com a escola, os pontos a serem enfatizados para alcançar melhores resultados. Por fim, o resultado das avaliações também reorganiza espaço/tempo, buscando ações que favoreçam a formação permanente individual e também coletiva.

Ao ensino de jovens e adultos, pode-se considerar o modelo andragógico, o qual baseia-se nos seguintes princípios:

1. Necessidade de saber: adultos carecem saber por que precisam aprender algo e qual o ganho que terão no processo.
2. Autoconceito do aprendiz: adultos são responsáveis por suas decisões e por suas vidas, portanto querem ser vistos e tratados, pelos outros, como capazes de se autodirigir.
3. Papel das experiências: para o adulto, suas experiências são a base de seu aprendizado. As técnicas que aproveitam essa amplitude de diferenças individuais serão mais eficazes.
4. Prontidão para aprender: o adulto fica disposto a aprender quando a ocasião exige algum tipo de aprendizagem relacionado a situações reais de seu dia a dia.
5. Orientação para aprendizagem: o adulto aprende melhor quando os conceitos apresentados estão contextualizados para alguma aplicação e utilidade.
6. Motivação: adultos são mais motivados a aprender por valores intrínsecos: autoestima, qualidade de vida, desenvolvimento.

Portanto, as propostas de atividades que pretendem avaliar os alunos são, necessariamente, acompanhadas de critérios que se pautam principalmente pela aprendizagem de determinado conhecimento. De acordo com a natureza da disciplina admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação da aprendizagem:

- Prova escrita, com questões objetivas e/ou dissertativas;

- Prova oral ou prático-oral;
- Prova prática;
- Trabalho individual ou em grupo;
- Seminário;
- Estudos de Caso;
- Resenhas e artigos;
- Relatório de atividades;
- Relatório de visita técnica;
- Trabalho ou atividade prática de pesquisa, de extensão, de projetos interdisciplinares e outros.

O professor poderá adotar os critérios e definir os instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no item Avaliação da Aprendizagem do Plano de Ensino. Para registro no Diário de Classe, será adotada a escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), devendo predominar os aspectos qualitativos. Ao final de cada disciplina, será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco) e frequência mínima de 75%, como consta na LDBEN 9.394/96.

7.4.1 Estudos de recuperação

Os estudos de recuperação são realizados paralelamente ao período letivo, por componente curricular em que o aluno está matriculado. A recuperação paralela ocorre da seguinte forma:

Recuperação de conteúdos;

Recuperação de notas.

A **recuperação paralela de conteúdos** é desenvolvida durante o processo de ensino-aprendizagem. Todos os alunos que desejam melhorar seu rendimento escolar têm direito à recuperação paralela de conteúdos. É critério do professor estabelecer a metodologia utilizada na realização da recuperação paralela de conteúdos, de forma a atender as peculiaridades da disciplina ministrada. A metodologia da recuperação paralela de conteúdos é especificada no Plano de Ensino da disciplina.

A **recuperação paralela de notas** é desenvolvida durante o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos que obtêm rendimento escolar inferior a 5,0 (cinco vírgula zero) têm direito à recuperação paralela de notas. Assim, é obrigatório o oferecimento da recuperação paralela para as notas inferiores à média. É critério do professor estabelecer os instrumentos que serão utilizados na realização da recuperação paralela de notas, de forma a atender as peculiaridades da disciplina ministrada. Na recuperação paralela de notas, a nota obtida substitui a nota anterior. Caso o aluno obtenha uma nota inferior na recuperação paralela, prevalece a maior nota e o resultado da avaliação de recuperação é notificado ao aluno.

Somente pode fazer as avaliações de recuperação o aluno que tiver cumprido as atividades avaliativas programadas para a unidade curricular. É facultado aos estudantes que obtiverem aproveitamento escolar igual ou superior à média o direito de participação na recuperação paralela de notas.

O professor deve prever no Plano de Ensino a realização da recuperação paralela. Além disso, o professor deve registrar no Diário de Classe da disciplina tanto as atividades de recuperação paralela de conteúdos quanto as atividades de recuperação paralela de notas.

7.5 Da avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais

A Resolução nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, salienta que à escola cabe o “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade”.

A mesma resolução define que “estes cursos devem atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância”.

Nos processos avaliativos, a escola deve assegurar, também, as condições necessárias para o acesso e a participação dos alunos, considerando o princípio da equidade, a garantia da flexibilidade e os recursos de acessibilidade. Assim sendo, a avaliação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais deverá considerar seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer e deve contribuir para o crescimento e a autonomia desses alunos.

Logo, considerando legislação específica da área da Educação Especial, tais como a Resolução nº 02/2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fica estabelecido:

1) O processo de avaliação do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser diversificado, considerando as suas especificidades, tendo como base seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI:

a) A avaliação do desempenho escolar do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser realizada como processo dinâmico, considerando o conhecimento prévio e o nível atual do desenvolvimento do aluno, as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o seu desempenho em relação ao seu progresso individual, devendo prevalecer na avaliação os aspectos qualitativos, que indiquem as intervenções pedagógicas do professor;

b) A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deverá contemplar as adequações de instrumentos e procedimentos que atendam à diversidade dos alunos;

c) O registro do aproveitamento desses alunos na documentação escolar será feito nos mesmos moldes utilizados para os demais alunos da escola, devendo ser acompanhado de relatório descritivo;

d) Quando necessário, o processo de avaliação do desempenho escolar deve envolver, além dos professores da sala de aula, o Núcleo Pedagógico (NUPE), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o professor do Atendimento Educacional Especializado, quando este fizer parte do quadro;

e) Na avaliação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais serão oferecidas adaptações de instrumentos de avaliações e os apoios necessários, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da necessidade específica.

A avaliação na perspectiva da inclusão é apontada como de caráter processual, com potencial educativo, com base no diálogo e na cooperação, e deve produzir reflexão e decisão. Além disso, deve ser capaz de ir ao encontro de todos alunos, sobretudo daqueles com deficiência.

Nesse contexto, a avaliação de alunos deficientes deve, para ser verdadeiramente inclusiva, ter a “disposição de acolher”, como afirma Luckesi (2002, p. 250) e ter como finalidade verificar continuamente os conhecimentos que cada aluno possui, no seu tempo e por seus caminhos.

Sugestão de adaptações possíveis, considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

a. Prova: Esse instrumento de avaliação normalmente prevê respostas por escrito dos alunos e é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. As adaptações, baseadas na necessidade específica do aluno, abrangem a dilação do tempo destinado à prova; prova oral; uso de materiais concretos ou recursos pedagógicos que facilitam o raciocínio; uso de recursos tecnológicos (lupa eletrônica, calculadora, gravador, computadores com softwares leitores de telas, etc.); uso de recursos humanos (ledor ou intérprete de Libras); adaptações na forma da prova (ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braille ou em outros meios de comunicação); adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos, conforme a necessidade específica do aluno;

b. Observação e Registro: A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólios, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, cadernos ou diários de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;

c. Trabalhos (individuais e/ou em grupos): São atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento. Nesses casos, a mediação do professor estimula a aprendizagem;

d. Autoavaliação e Avaliação Compartilhada: Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino. Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo que, somada ao parecer dos profissionais da educação, ajuda a construir um processo educacional mais próximo à realidade e necessidade dos alunos.

O processo de avaliação envolve, necessariamente, a política educacional vigente e os compromissos assumidos no PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) e no PPC, a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodológicos disponíveis, todas as relações que se desencadeiam no contexto escolar, além da família e dos próprios alunos como sujeitos do processo. O resultado da avaliação, expresso no PDI e no histórico escolar, orientará a escola/família nos futuros encaminhamentos do aluno.

8 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Em consonância com o Documento Base do PROEJA (2007, p. 52) “o aluno EJA entra e sai de um curso dessa natureza a qualquer tempo, desde que verificadas suas condições para ingresso e o domínio de conhecimento atingido, em confronto com os objetivos definidos para o curso, o que tanto pode ser em tempo menor que o previamente fixado, quanto em tempo maior”. Sendo assim o aluno PROEJA-Qualificação Profissional pode solicitar à coordenação do curso uma avaliação de proficiência do ciclo desejado ou aproveitamento das disciplinas que conseguiu certificação conforme regulamentações específicas. A coordenação, em parceria com o corpo docente do referido ciclo ou componente curricular, dependendo do caso, elaborará a avaliação seguindo as ementas das disciplinas.

Poderão ser aproveitados para fins de certificação de conclusão do Ensino Médio as disciplinas concluídas em outras instituições ou exames que certificam competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar, como o ENCEJA, ENEM e outros, conforme legislação vigente. A avaliação de cada caso será realizada pela Coordenação do Curso, NUPE e Coordenação de Registros Acadêmicos.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO

De acordo com as normas vigentes para os Cursos PROEJA-QP de Nível Médio, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores.

Nesse sentido, o Curso PROEJA-QP em Assistente Administrativo do IFC – *Campus Videira* tem sua avaliação de curso realizada anualmente pelo NDB – Núcleo Docente Básico, o qual discute e avalia todas as questões relacionadas à formação dos estudantes do PROEJA-QP.

10. QUADRO DE PESSOAL

O *Campus* conta com 143 servidores, entre docentes e técnicos administrativos.

10.1 Corpo Docente

O corpo docente do curso PROEJA-QP é formado pelos seguintes servidores:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Nome docente	Disciplina	Regime trabalho	Maior Titulação
Adenes Sabino Schwantz	Eletroeletrônica	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Automação Industrial
Adriana Hoffmann	Português/Espanhol	D.E.	MESTRADO em Estudos Linguísticos
Adriano Bernardo Moraes Lima	História	D.E.	MESTRADO em História
Alan Schreiner Padilha	Topografia	D.E.	MESTRADO em Engenharia Florestal
Alécio Comelli	Eletroeletrônica I	D.E.	MESTRADO em Engenharia Elétrica
Aledson Rosa Torres	Bioquímica	D.E.	DOCTORADO em Farmacologia
Aline Roberti Werminghoff	Português/Inglês	Substituta 40 horas	Graduação em Letras Português/Inglês/Espanhol
Allan Charlles Mendes de Sousa	Engenharia Rural	D.E.	DOCTORADO em Engenharia Agrícola
Ana Carolina Vieira Rodriguez	Português/Inglês	D.E.	MESTRADO em Letras/Inglês e Literatura correspondente
Andressa Fernanda Campos	Produção Animal	D.E.	DOCTORADO em Zootecnia
André Ricardo Oliveira	Educação Física	D.E.	MESTRADO em Educação.
Angelita Rettore de Araújo Zanella	Informática / Hardware e Redes	D.E.	MESTRADO em Informática
Ariane Luiza Fossatti Zancan	Informática/Hardware e Redes	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão de Banco de Dados
Carlos Roberto da Silva	Matemática	D.E.	DOCTORADO em Matemática
Carlos Roberto Pereira Oliboni	Eletroeletrônica II	D.E.	MESTRADO em Engenharia Elétrica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Celso Cardoso de Lima Júnior	Eletrotécnica	Substituto 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Produção
Cíntia Fernandes da Silva	Física	D.E.	DOUTORADO em Física
Cláudia Fátima Kuiawinski	Pedagogia	D.E.	MESTRADO em Educação
Cristiane Aparecida Fontana Grümm	História	D.E.	MESTRADO em História do Brasil
Cristiane Gênero	Matemática	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Matemática
Davi César da Silva	Matemática	D.E.	MESTRADO em Educação Matemática
Débora Costa Pires	Artes	20h – <i>Campus</i> Fraiburgo 20h – <i>Campus</i> Videira	MESTRADO em Música
Denise Moreira Gasparotto	Português/Inglês	D.E.	MESTRADO em Letras
Diego Ricardo Krohl	Informática/Programação de Sistemas	D.E.	MESTRADO em Engenharia de Processos
Edneide Ramos de Santana	Artes Visuais	D.E.	GRADUAÇÃO em Artes Visuais
Eliana Teresinha Quartiero	Psicologia	D.E.	DOUTORADO em Psicologia Social e Institucional
Evandro Ribeiro	Português/Inglês	Substituto 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Metodologia do Ensino de língua Inglesa
Fábio José Rodrigues Pinheiro	Informática	D.E.	MESTRADO em Computação
Fernanda Zanotti	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Trabalho, saúde e ambiente
Flavia Caraiba de Castro	Matemática	D.E.	MESTRADO em Educação Científica e Tecnológica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Francini Carla Grzeca	Pedagogia/Educação Infantil	D.E.	MESTRADO em Educação
Frederico de Oliveira Santos	Engenharia e Controle da Automação	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Segurança do Trabalho
Gabriela Jordão Lyra	Engenharia de Controle e Automação	D.E.	Mestrado em Engenharia Mecânica
Gabriel Schmitt	Sociologia	D.E.	DOUTORADO em Sociologia Política.
Gerson Antonio de Oliveira	Segurança do Trabalho	Substituto 40 horas	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho
Gerson Luiz Camillo	Informática/Hardware e Redes	Substituto 40 horas	MESTRADO em Ciência da Computação
Gilson Ribeiro Nachtigall	Fitotecnia	D.E.	DOUTORADO em Ciências Agrárias/Fitotecnia
Gloria Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson	Português/Espanhol	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Metodologia da Língua Portuguesa
Guilherme Machado Nunes	História	Substituto 40 horas	MESTRADO em História
Gunther Cristiano Butzen	Português/Inglês	D.E.	GRADUAÇÃO em Letras – habilitação Português/Inglês
Isabela Fonseca	Zootecnia	D.E.	DOUTORADO em Genética e Melhoramento
Jane Suzete Valter	Pedagogia/Alfabetização	D.E.	MESTRADO em Educação
Jaquiel Salvi Fernandes	Física	D.E.	DOUTORADO em Física
João Hemkemaier	Eletroeletrônica	D.E.	MESTRADO em Mecatrônica
Jonatan Rafael Rakoski Zientarski	Eletroeletrônica	D.E.	DOUTORADO em Engenharia Elétrica
José Reinaldo Nonnenmacher Hilario	Língua Portuguesa/Inglês	D.E.	DOUTORADO em Literatura

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Josy Alvarenga Carvalho Gardin	Administração/Gestão	D.E.	MESTRADO em Administração
Kennedy Ferreira Araújo	Informática/ Programação Web/Web Design	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior/ em Gestão de Tecnologia Industrial / em Engenharia de Software
Leandro Goulart Louzada	Educação Física	20 horas	MESTRADO em Ciências da Saúde Humana
Leila Lisiane Rossi	Informática/Engenharia de Software e Banco de Dados	D.E.	MESTRADO em Ciência da Computação
Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Administração
Liliane Martins de Brito	Biologia	D.E.	MESTRADO em Ciências
Luciane Szatkoski	Pedagogia	D.E.	MESTRADO em Educação, História, Política, Sociedade
Lucilene Dal Medico Baerle	Matemática	D.E.	MESTRADO em Ensino de Matemática
Ludmila Losada da Fonseca	Geografia	Substituta 40 horas	MESTRADO em Geografia
Luiza Ines Kaim	Letras/Libras	40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Literatura Infante Juvenil e Ensino
Manassés Ribeiro	Informática	D.E.	MESTRADO em Ciências da Computação
Marcelo Cizewski Borb	Eletrotécnica	D.E.	GRADUAÇÃO em Engenharia Elétrica
Márcia Elizabete Schüler	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Trabalho, Saúde e Ambiente.
Marcos Bohrer	Geografia	D.E.	MESTRADO em Geografia
Marcos Collares Machado Bina de Souza	Eletroeletrônica	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão Empresarial

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Marcos Roberto Mesquita	Sociologia	D.E.	DOUTORADO em Ciências Sociais
Marcos Rohling	Filosofia	D.E.	DOUTORADO em Educação
Mariane Luiza Vanz	Educação Física	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Nutrição Esportiva
Mariah Rausch Pereira	Direito	40 horas	MESTRADO em Direito
Matias Marchesan de Oliveira	Segurança do Trabalho	D.E.	MESTRADO em Engenharia de Processos
Mauricio Natanael Ferreira	Informática/ Programação Web/Web Design	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Desenvolvimento Web
Nadir Paula da Rosa	Administração/Gestão da Agricultura Familiar	D.E.	MESTRADO em Agronegócios
Nicole Trevisani	Agropecuária/ Engenharia Rural	Substituta 40 horas	DOUTORADO em Produção Vegetal
Osmar Alberto Crestani	Agropecuária/ Engenharia Rural	D.E.	MESTRADO em Fitopatologia
Pablo Andrés Reyes Meyer	Eletroeletrônica I	D.E.	ESPECIALIZAÇÃO em Mecatrônica Industrial
Patricia Rodrigues	Segurança do Trabalho	Substituta 40 horas	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Segurança no Trabalho
Rafael Antonio Zanin	Matemática	D.E.	MESTRADO em Engenharia de Processos
Raffael Marcos Tófoli	Biologia	D.E.	DOUTORADO em Ciências
Renan Hackbarth	Telecomunicações	D.E.	MESTRADO em Telemática
Ricardo de Araújo	Fitotecnia	D.E.	DOUTORADO em Agronomia
Rosângela Aguiar Adam	Informática	D.E.	MESTRADO em Ciência da Computação
Sergio Fernando Maciel Corrêa	Filosofia	D.E.	MESTRADO em Filosofia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Solange Francieli Vieira	Geografia	D.E.	MESTRADO em Geografia
Taynara Cerigueli Dutra	Informática	Substituta 40 horas	GRADUAÇÃO em Ciências da Computação
Tiago Lopes Gonçalves	Informática/Engenharia de Software E Banco de Dados	D.E.	MESTRADO em Ciência da Computação
Valdinei Marcolla	Pedagogia	D.E.	DOCTORADO em Educação
Wagner Carlos Mariani	Informática	D.E.	MESTRADO em Informática
Wanderson Rigo	Informática/ Linguagens de Programação	D.E.	MESTRADO - ÁREA: Ciência da Computação

10.2 Corpo Docente por disciplina

* professor substituto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

LÍNGUA PORTUGUESA	<p style="text-align: center;">Adriana Hoffmann Aline Roberti Werminghoff* Ana Carolina Vieira Rodriguez Denise Moreira Gasparotto Evandro Ribeiro* Gloria Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson Gunther Cristiano Butzen José Reinaldo Nonnenmacher Hilario Luiza Ines Kaim</p>
LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLESA	<p style="text-align: center;">Aline Roberti Werminghoff* Ana Carolina Vieira Rodriguez Denise Moreira Gasparotto Evandro Ribeiro* Gunther Cristiano Butzen José Reinaldo Nonnenmacher Hilario</p>
EDUCAÇÃO FÍSICA	<p style="text-align: center;">André Ricardo Oliveira Leandro Goulart Louzada Mariane Luiza Vanz*</p>
ARTES	<p style="text-align: center;">Débora Costa Pires Edneide Ramos de Santana</p>
QUÍMICA	<p style="text-align: center;">Aledson Rosa Torres Matias Marchesan de Oliveira</p>
INFORMÁTICA BÁSICA I - (SISTEMAS OPERACIONAIS E EDITOR DE TEXTO)	<p style="text-align: center;">Angelita Rettore de Araújo Zanella Ariane Luiza Fossatti Zancan* Diego Ricardo Krohl Gerson Luiz Camillo* Kennedy Ferreira Araújo Leila Lisiane Rossi Manassés Ribeiro Mauricio Natanael Ferreira Rosângela Aguiar Adam Taynara Cerigueli Dutra* Wagner Carlos Mariani Wanderson Rigo</p>
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E ÉTICA	<p style="text-align: center;">Ana Carolina Vieira Rodriguez</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

	<p style="text-align: center;">Josy Alvarenga Carvalho Gardin Nadir Paula da Rosa</p>
MATEMÁTICA	<p style="text-align: center;">Carlos Roberto da Silva Cristiane Genero* Davi César da Silva Flavia Caraiba de Castro Lucilene Dal Medico Baerle Rafael Antonio Zanin</p>
FÍSICA	<p style="text-align: center;">Cintia Fernandes da Silva Jaquiel Salvi Fernandes</p>
FILOSOFIA	<p style="text-align: center;">Marcos Rohling Sergio Fernando Maciel Corrêa</p>
SOCIOLOGIA	<p style="text-align: center;">Gabriel Schmitt Marcos Roberto Mesquita</p>
ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	<p style="text-align: center;">Josy Alvarenga Carvalho Gardin Nadir Paula da Rosa</p>
ATENDIMENTO AO CLIENTE	<p style="text-align: center;">Josy Alvarenga Carvalho Gardin Nadir Paula da Rosa</p>
HISTÓRIA	<p style="text-align: center;">Adriano Bernardo Moraes Lima Cristiane Aparecida Fontana Grumm Guilherme Machado Nunes*</p>
GEOGRAFIA	<p style="text-align: center;">Ludmila Losada da Fonseca* Marcos Bohrer Solange Francieli Vieira</p>
BIOLOGIA	<p style="text-align: center;">Liliane Martins de Brito Raffael Marcos Tófoli</p>
LEGISLAÇÃO E DIREITOS TRABALHISTAS	<p style="text-align: center;">Mariah Rausch Pereira Nadir Paula da Rosa</p>
CONTABILIDADE BÁSICA	<p style="text-align: center;">Josy Alvarenga Carvalho Gardin Nadir Paula da Rosa</p>

10.4 Técnicos administrativos

O corpo técnico administrativo do curso PROEJA-QP é formado pelos seguintes servidores:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Nome do Servidor	Cargo	Maior Titulação
Ana Claudia Cagnin	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Controle da Gestão Pública
Ana Claudia dos Santos	Auxiliar de biblioteca	Ensino Médio
Anderson Correa Gonçalves	Técnico em Agropecuária	GRADUAÇÃO em Tecnologia de Gestão em Agronegócios
Angela Maria Crotti da Rosa	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Controle de Gestão Pública/ em Educação Empreendedora
Antoninho Baldissera	Pedagogo/Orientador Educacional	ESPECIALIZAÇÃO em Logoterapia/ em Orientação e Supervisão Educacional
Bruno José Dani Rinaldi	Técnico em Laboratório/Área: Química	ESPECIALIZAÇÃO em Engenharia de Segurança do Trabalho
Camila Zanette Zuanazzi	Assistente administrativo	GRADUAÇÃO em Gestão Pública
Carla Genoveva Santin Fernandes	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Língua Portuguesa/em Educação Infantil
Carlos Felipe de Oliveira Raymundo	Técnico em Laboratório/Área: Eletromecânica	Técnico em Eletromecânica
Caroline Vian Spricigo	Assistente administrativo	GRADUAÇÃO em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Cassiana Schmidt	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão e Direito Público
Daniel Manenti	Técnico em laboratório/Área: Automação Industrial	MBA em Planejamento e Gestão Estratégica

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Danieli Vieceli	Psicóloga	MESTRADO em Educação
Deise Dallposso	Assistente de alunos	Ensino Médio
Denise Danielli Pagno	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Educação
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	ESPECIALIZAÇÃO em Governança de TI
Edwin Albert Muller	Técnico Audiovisual	Graduando em Direito
Eliana Silva da Silva	Assistente de alunos	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem.
Everson Willian Batista	Técnico em Segurança do Trabalho	GRADUAÇÃO em Engenharia de Alimentos
Felipe Ribas	Auxiliar em Administração	Licenciatura em Filosofia
Gabriela Frizzo Patrício	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Educação
Giorge Vanz	Analista de tecnologia da informação	MESTRADO em Redes de Computadores
Giovana von Mecheln Lorenz	Assistente administrativo	GRADUAÇÃO em Tecnologia em Marketing
Gislaine Julianotti Carlesso	Administrador	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão Pública
Grazieli Ferreira da Rosa Silveira	Enfermeira	ESPECIALIZAÇÃO em Enfermagem do Trabalho
Guillermo Gôngora Figoli	Técnico de Tecnologia da Informação	Técnico em Informática
Joice Aparecida do Nascimento	Auxiliar de biblioteca	ESPECIALIZAÇÃO em Educação – Práticas Pedagógicas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Josiane Bonetti	Assistente administrativo	MBA em Gestão Pública
Juciara Ramos Cordeiro	Assistente Social	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão de Políticas Públicas
Juliana Carla Bauerle Motta	Jornalista	MESTRADO em Comunicação e Sociedade
Liliane Josefa Orso Pinheiro	Contadora	ESPECIALIZAÇÃO em Direito Empresarial e Planejamento Tributário
Lizete Camara Hubler	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Educação
Loriane Vicelli	Técnica em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Luana de Araújo Huff	Assistente em administração	MESTRADO em Linguística
Marcelo Diel	Técnico em Agropecuária	MESTRADO em Ciências
Maria José de Castro Bomfim	Programador Visual	MBA em Marketing
Marion Schmidt	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão e Direito Público
Matheus Bisso Sampaio	Analista de tecnologia da informação	ESPECIALIZAÇÃO em Redes de Computadores
Nelson Magalhães de Oliveira	Bibliotecário/Documentalista	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão de Bibliotecas Escolares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Patrícia Frizzo	Auxiliar em Administração	MESTRADO em Administração
Paulo Bruschi	Auditor	ESPECIALIZAÇÃO em Direito Material e Processual Civil
Rafaela Agostini	Auxiliar de biblioteca	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Segurança de Alimentos
Ramon Silva da Cunha	Tradutor Intérprete de Libras	GRADUAÇÃO em Licenciatura em Matemática
Ricardo Kohler	Técnico em Tecnologia da Informação	GRADUAÇÃO em Ciência da Computação
Rodrigo Vially Campos Alves	Técnico em Eletrotécnica	ESPECIALIZAÇÃO em Gestão Pública
Rodrigo Zuffo	Assistente administrativo	MESTRADO em Administração
Rosana de Oliveira	Técnica em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Educação Infantil e Séries Iniciais
Rosane Goularte	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Ciências da Educação
Rosicler Zancanaro Bernardi	Técnico em assuntos educacionais	ESPECIALIZAÇÃO em Matemática e Física
Samantha Vanin Felchilcher	Auxiliar de biblioteca	GRADUAÇÃO em Psicologia
Sandra Cristina Martini Rostirola	Técnica em assuntos educacionais	MESTRADO em Matemática
Silmar de Matos dos Santos	Tecnólogo em Gestão Pública	ESPECIALIZAÇÃO em Administração Pública
Silvia Marina Rigo	Auxiliar em Administração	MBA em Gestão Pública

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Tatiana Zuffo de Castilha	Assistente de alunos	GRADUAÇÃO em Tecnologia de Alimentos
Thales Fellipe Guill	Assistente administrativo	MESTRADO em Educação
Tiago Heineck	Técnico de Tecnologia da Informação	MESTRADO em Computação
Tiago Possato	Técnico em Laboratório/Área: Eletroeletrônica	GRADUAÇÃO em Ciência da Computação
Vanessa Bettoni	Assistente administrativo	ESPECIALIZAÇÃO em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa/ em Farmacologia Clínica/ em Microbiologia Clínica
Vera Regina Mazureck	Pedagoga/Supervisor Educacional	MESTRADO em Educação

11. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

1.1 Infraestrutura Atual

- A infraestrutura geral do *Campus* compreende uma área total de 235.989,5 m² (23,5 hectares) e 12.033,78 m² de área construída, composta pelos seguintes espaços:
 - Bloco administrativo: com 514,37 m², nele ficam localizadas as salas de administração do *Campus*, como recepção, gabinete da direção geral, telefonista, chefia de gabinete, auditoria, setor financeiro, coordenação de gestão de pessoas, licitações, setor de tecnologias da informação, departamento de infraestrutura e serviços, sala de reuniões, dois banheiros;
 - Bloco pedagógico: com 666,38 m² no primeiro piso, onde estão localizadas as salas da Coordenação Geral de Ensino – CGE, sala de professores e coordenadores de curso. No segundo piso, com área de 630 m², fica localizada a biblioteca.
 - Bloco de salas de aula: com 5914,18 m², contendo 43 salas e serviços diversos, tais como Coordenação de Assistência Estudantil – CAE, copa, Coordenação de Registros Acadêmicos, reprografia, Serviço de Atendimento Psicopedagógico e Educacional – NAPSE, setor de estágio e de extensão, nove laboratórios de informática e sala do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Específicas (NAPNE).
 - Ginásio de esportes: com dimensões de 1592.50 m², possibilita a prática de várias modalidades desportivas de quadra, como basquetebol, voleibol, handebol e futsal. Além disso tem 4 salas anexas, sendo duas de 70 m², uma de 140 m² e uma de 32 m².
 - Bloco de laboratórios: com 983,17 m², constituído de dois espaços, sendo que no primeiro estão alocados os laboratórios destinados inicialmente aos segmentos do Ensino Médio e ao Curso Técnico de Agropecuária, mas que poderão ser usados pelo curso de Ciência da Computação nos diversos componentes curriculares.

TABELA: RECURSOS E INSTALAÇÕES PEDAGÓGICAS DISPONÍVEIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ITEM	RECURSO/INSTALAÇÃO	QUANTIDADE
01	Sala de aula	22
02	Sala de orientação pedagógica	03
03	Sala de reunião	02
04	Laboratório de informática	07
05	Microcomputador	152
06	Central de cópias	01
07	Brinquedoteca	01
08	Biblioteca	01
09	Sala de Professores	08
10	Laboratório de Práticas Pedagógicas	01
11	Laboratório de Agropecuária	04
12	Laboratório de Física	01
13	Laboratório de Engenharia Elétrica	04
14	Auditório com capacidade para 340 pessoas	01
15	Miniauditório com capacidade para 70 pessoas	01
16	Ginásio de esportes	01
17	Refeitório	01
18	Quadra de areia	01

11.2 Biblioteca

A biblioteca do *Campus* Videira do Instituto Federal Catarinense tem uma área construída de 630 m², com capacidade para 150 pessoas com sala de processamento técnico, setor de acervo, área de estudo em grupo e individual com 70 lugares, espaço com 08 computadores para consulta aos livros cadastrados no sistema Pergamum, pesquisa na internet e digitação de trabalhos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, equipado com vídeo, DVD e sanitários adaptados. A biblioteca abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 13.500 exemplares, que estão organizados segundo a Classificação decimal de Dewey (CDD). Desses 1700 exemplares são da área da Educação. O gerenciamento de todos os serviços na biblioteca é automatizado utilizando-se o sistema Pergamum. Sendo assim, procedimentos básicos realizados pelos usuários tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos online, através do sítio eletrônico. Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca mantém os serviços de empréstimo entre bibliotecas e o Portal de Periódicos da Capes a fim de suprir as necessidades informacionais não acessíveis localmente. O apoio à iniciação científica é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos abrangendo orientações de uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso de bases de dados, pesquisas na internet, normatização bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa. Outro importante serviço oferecido é o repositório e Ambiente Virtual de Aprendizagem Colaborativa denominada CRIACAC (<http://www.bscac.ufsc.br/criacac/tikiindex.php>). Idealizado e gerenciado pela biblioteca, esse instrumento é um importante veículo de informação, comunicação e geração de novos conhecimentos. Permite a comunidade do *Campus*, disponibilizar arquivos, trocar ideias e produzir conteúdos textuais Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense *Campus* Videira de forma colaborativa (wiki), integrando os saberes de alunos, professores orientadores e do bibliotecário. No ambiente, o usuário pode deixar de ser um consumidor passivo de informações e se transformar em produtor. Os produtos gerados ficam automaticamente publicados e se transformam em sementes para novas produções.

TABELA: SOFTWARES E SISTEMAS DISPONÍVEIS ITEM DESCRIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	LINK DE ACESSO
01	Sistema de Gestão de Bibliotecas Pergamum	http://pergamum.ifc.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php
02	Assinatura on-line das Normas ABNT	http://www.abntcolegao.com.br/
03	Assinatura Portal CAPES	http://www-periodicos-capesgovbr.ez317.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome
04	Acesso Base de Dados SCIELO	http://www.scielo.br/?lng=pt
05	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT)	http://bdtd.ibict.br/
06	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações CAPES	http://capesdw.capes.gov.br/

12. CERTIFICAÇÃO

Certificados, Históricos Escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC – *Campus* Videira serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos. Terá direito ao recebimento de **Certificado de Ensino Médio com Qualificação Profissional de Assistente Administrativo** todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do Curso PROEJA-QP de Assistente Administrativo, conforme orientações do Projeto Pedagógico de Curso.

1

12.1 Terminalidade Específica

Este PPC registra as formas de acesso e permanência com sucesso para alunos com Deficiência ou Mobilidade reduzida, com vistas a um trabalho técnico, com aprovação de normas mais abalizadas no sentido de obtermos mais apoio de todos que acompanham nossos alunos de inclusão, bem como, apoio na adaptação dos seus currículos e em suas atividades avaliativas. Assim um dos grandes desafios da inclusão perpassa pela aplicação de conteúdos e avaliações, bem como a retenção e promoção dos alunos com deficiência, que em função de suas especificidades em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem e por isso precisam de material diferenciado, adaptações, até supressões ou omissões de conteúdos previstos nas ementas das disciplinas.

Conscientes de toda essa problematização, busca-se na lei e toda programação sobre inclusão formas de garantir acesso e permanência com sucesso, sendo o TERMO DE TERMINALIDADE ESPECÍFICA, uma das possibilidades previstas na legislação, que traz uma solução para esse impasse escolar e quantificador, trazendo inclusive mais respeito aos potenciais de todos os alunos de forma individualizada e particular.

Quando os alunos com deficiência, ainda que com os apoios e adaptações necessários, não alcançarem os resultados de escolarização previstos no Artigo 32, I da LDBEN o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo – e uma vez esgotadas as possibilidades apontadas nos Artigos 24, 26 e 32 da LDBEN – as escolas devem fornecer-lhes uma certificação de conclusão de escolaridade, denominada terminalidade específica.

As escolas, portanto, devem adotar procedimentos de avaliação pedagógica, certificação e encaminhamento para alternativas educacionais que concorram para ampliar as possibilidades de inclusão social e produtiva dessa pessoa.

Entretanto, a expedição do termo de terminalidade escolar específica somente poderá ocorrer em casos plenamente justificados, devendo se constituir em um acervo de documentação individual do aluno que deverá contar com um relatório circunstanciado e com os registros das adaptações, flexibilizações realizadas em diário, com a emissão de avaliações descritivas.

Ocorre então que com base na lei, é possível a emissão do Termo de Terminalidade Específica, no sentido de promovermos uma educação mais real, baseada nas condições potenciais e das habilidades reais de cada aluno, respeitando assim suas condições reais e promovendo seu aprendizado factual.

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 2/2013 de 31/01/2013, entende que a “terminalidade específica”, além de se constituir como um importante recurso de flexibilização curricular, possibilita à escola o registro e o reconhecimento de trajetórias escolares que ocorrem de forma específica e diferenciada. Logo, a Terminalidade Específica para alunos com Deficiência, no contexto do IFC *Campus* Videira, tem por princípio a constituição de meios que permitam ao aluno avançar ao máximo em seu processo educacional e ao longo de sua trajetória educacional ir estabelecendo novas perspectivas de itinerários formativos.

Com essa sólida argumentação, o IFC *Campus* Videira viabiliza a aplicação desse procedimento pedagógico em seu contexto educacional, nos moldes do que já é normatizado sobre a chamada “terminalidade específica” nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.

O IFC *Campus* Videira, oferece a organização Plano de Desenvolvimento Individual de alunos com deficiência, como forma de garantir as adequações necessárias à aplicação desse estatuto da “terminalidade específica” ao contexto próprio do IFC *Campus* Videira.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC, SETEC, Documento Base. Brasília, 2007

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº. 11/2001e Resolução CNE/CEB nº. 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.154. 23 de julho 2004.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.478. 24 de junho 2005.

_____. Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho 2006.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

IBGE. PNAD 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IRELAND, T.; MACHADO, M. M.; PAIVA, J. **Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA**. In: Educação de Jovens e Adultos. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos). p. 41-49.

OLIVEIRA, M. K de. **Jovens e Adultos como sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Trabalho apresentado na XXII ANPEd, Caxambu, 1999.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo Cortez, 2005.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNIVALI. Processo de Reconhecimento. Curso de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Fundamental e Médio.

EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

PRIMEIRO CICLO

LÍNGUA PORTUGUESA – 180h	
Objetivo	Compreender as redes de diferenças e semelhanças entre a língua oral e a língua escrita e seus códigos sociais, contextuais e linguísticos. Dominar os recursos expressivos da linguagem verbal (escrita e oral), relacionando texto/contexto, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores). Estabelecer relações dialógicas entre textos.
Ementa	Língua Padrão e variação linguística. Análise, interpretação, leitura e produção textual. Coerência e coesão em textos. Aspectos gramaticais relevantes: pontuação, acentuação, concordância nominal e verbal. Técnica e prática de oratória: seminário. Estudo dos gêneros textuais e dos tipos de texto. Estudo dos períodos literários brasileiros, com ênfase na Literatura Brasileira dos séculos XIX e XX. Tema transversal: Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto . 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p. ISBN 9788572443272 (broch.).</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p. ISBN 9788520923184.</p> <p>BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 49. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. 567 p. ISBN 9788531601897.</p> <p>Complementar:</p> <p>FARACO, Carlos Alberto. Oficina de texto. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 327 p. ISBN 9788532628107.</p> <p>DIONISIO, Angela Paiva (org.) et alii. Gêneros textuais e ensino. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 16.ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 36.ed. São Paulo: Cultrix, 2004.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 118p. ISBN 9788585134600 (broch).</p>

INGLÊS – 30h	
Objetivo	Desenvolver as quatro habilidades linguísticas básicas (falar, ouvir, ler e escrever), com ênfase na leitura e compreensão de textos. Conhecer diferentes aspectos culturais de países falantes da língua inglesa. Conhecer e utilizar recursos on-line (ferramentas de tradução, exercícios em sites, jogos educativos e dicionários).
Ementa	A importância da Língua Inglesa, estratégias de leitura em língua inglesa. Vocabulário técnico na área de administração. Pronouns (subject/object), Simple Present, Present Continuous, Simple Past, Future, Modal Verbs. Aspectos culturais da Língua Inglesa. Tema transversal: educação para o trânsito.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>MARTINEZ, P. Didática de línguas estrangeiras. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 109 p. (Estratégias de Ensino 15). ISBN 9788579340079.</p> <p>PAIVA, V. L. M. O. Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática. São Paulo: Edições SM, 2012. 183 p. (Somos mestres). ISBN 9788576759881.</p> <p>SANTOS, D. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias. Barueri: Disal, 2012. 343 p. ISBN 9788578441050.</p> <p>Complementar:</p> <p>JACOBS, M. A. Como não aprender inglês: edição definitiva: erros comuns e soluções práticas. Rio de Janeiro: Campus, 2002. xii, 254 p.</p> <p>LÍNGUA estrangeira e didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 166p. (Como bem ensinar)</p> <p>MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 2. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos, c2008. 843 p.</p> <p>MURPHY, R. Basic Grammar in Use. 3rd edition. Cambridge: CUP, 2010.</p> <p>VALLANDRO, L. Dicionário SpeakUp: inglês - português, português - inglês. Rio de Janeiro: Globo, 1997. 574 p.</p>

EDUCAÇÃO FÍSICA – 60h	
Objetivo	Compreender as possibilidades da cultura corporal; apropriar-se das diferentes formas de manifestação da cultura corporal; compreender o sentido/significado das práticas corporais na contemporaneidade.
Ementa	Práticas corporais tradicionais; esportes coletivos; esportes individuais; expressão corporal; conhecimentos sobre o corpo, alimentação, educação alimentar e nutricional (Lei no 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica - conforme Resolução No. 2 – CNE/CEB/2012). Tema transversal: Educação alimentar e nutricional.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>KRÖGER, C.; ROTH, K. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. 2ª ed. São Paulo: Phorte, 2005. 208 p. ISBN 8576550261 (broch.).</p> <p>MEDINA, J. P. S. 1948-. A educação física cuida do corpo e mente. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2008. 96 p, ISBN 8530802934.</p> <p>ZATSIORSKY, V. M. Biomecânica no esporte: performance do desempenho e prevenção de lesão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2004. xiv, 519 p. (A enciclopédia de medicina do esporte ; v. 9). ISBN 8527708868 (enc.).</p> <p>Complementar:</p> <p>EHRET, A. Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2008. 229 p. ISBN 9788576550648.</p> <p>FERNANDES, J. L. Atletismo: corridas. 3ª ed., rev. e ampl. São Paulo: EPU, 2003. 156 p. ISBN 9788512362007.</p> <p>FERNANDES, J. L. Atletismo: lançamentos e arremesso. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: EPU, 2003. 129p. ISBN 8512361905 (broch.).</p> <p>FERNANDES, J. L. Atletismo: os saltos. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: EPU, 2003. 125 p. ISBN 8512361808. MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003. xiv, 306p. ISBN 8586702625</p> <p>MUTTI, D. Futsal: da iniciação ao alto nível. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2003. xiv, 306p. ISBN 8586702625</p>

ARTES – 30h	
Objetivo	Conhecer, conceituar e discriminar a música (arte e o som) enquanto fenômeno físico; Compreender e perceber os elementos básicos da dimensão da linguagem musical, a citar, os parâmetros sonoros e seus desdobramentos. Conhecer e experimentar formas variadas de artes visuais, desde as tradicionais, como a pintura, a gravura, a escultura, o desenho, ampliando o repertório teórico-prático para meios e modos de apresentação diversos, característicos da arte contemporânea. Conhecer e refletir sobre a História da Arte.
Ementa	Música como dimensão da linguagem. Processos e agentes da produção musical na indústria cultural; Instrumentos musicais; Parâmetros sonoros e seus desdobramentos; História da música; Música coral; Percussão corporal; Vanguardas artísticas; Arte contemporânea; Práticas diversas de elaboração plástica. Tema transversal: Educação em Direitos Humanos.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1990. 98 p. ISBN 9788571101449.</p> <p>BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 80 p. (Cadernos de música da universidade de Cambridge). ISBN 8571103658 (broch.).</p> <p>GOMBRICH, E.H. (Ernst Hans). A história da arte. 16ª ed. Rio de Janeiro (RJ): LTC, 1999</p> <p>Complementar:</p> <p>FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PROENÇA, G. História da Arte. São Paulo. Ática, 1999.</p> <p>RICHTER, I. R. Interculturalidade e estética do cotidiano. Campinas: Mercado das Letras, 2003.</p> <p>SEVERIANO, J.; MELLO, Z. H. A Canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras: vol.1: 1901-1957</p> <p>SCHWAMBACH, D. Estrutura e percepção da música. 2006 (Apostila)</p>

QUÍMICA – 120h	
Objetivo	Propiciar ao aluno reconhecer os materiais, as substâncias presentes nas diversas atividades do seu dia a dia, além da compreensão das transformações químicas nos processos naturais, industriais, agrícolas e tecnológicos, reconhecendo a Química como uma criação humana.
Ementa	Introdução à química. Matéria: estudo das transformações da matéria. Estrutura atômica: modelos atômicos e estrutura atômica atual. Tabela Periódica. Ligações químicas. Polaridade das moléculas. Funções químicas inorgânicas. Compreender as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada para que e assim possam julgar com fundamentos e informações advindas da tradição cultural, da mídia e da própria escola e tomar decisões autonomamente, enquanto indivíduos e cidadãos. Equilíbrios Químicos. Eletroquímica. Reações Nucleares. Evolução da Química Orgânica. Funções orgânicas. Tema transversal: Educação ambiental.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>FELTRE, Ricardo. Química: volume 1: química geral. 7.ed. São Paulo: Moderna, 2008. 526 p. ISBN 9788516061111.</p> <p>PERUZZO, Tito Miragaia; CANTO, Eduardo Leite do. Química na abordagem do cotidiano: físico-química. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 640 p. + 1 Suplemento de teoria e tabelas para consulta ISBN 8516052737.</p> <p>BIANCHI, J. C. A., ALBRECHT, C. H., MAIA, D. J. Universo da Química. Vol. Único. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2005.</p> <p>Complementar:</p> <p>REIS, Martha. Química: meio ambiente, cidadania e tecnologia - vol. 1. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2010.</p> <p>SANTOS, W. L. P., MÓL, G. S. Química & Sociedade. Vol. único. São Paulo: Nova Geração, 2005.</p>

INFORMÁTICA BÁSICA – SISTEMAS OPERACIONAIS E EDITOR DE TEXTO - 30h	
Objetivo	Ambientar o aluno com o computador; Acessar serviços na WEB; Apresentar o ambiente de um editor de texto e suas funcionalidades; Aumentar a produtividade e a qualidade nos trabalhos textuais. Familiarizar o aluno com os sistemas operacionais necessários à função de assistente administrativo.
Ementa	Manipulação de Texto; Configurações e Formatações no Editor de Texto; Internet, E-mail; Ambiente virtual. Tema transversal: Educação para o trânsito.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p. ISBN 8587918885.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p. + 1 CD-ROOM. – ISBN 9788534605151.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Campus, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 391 p. ISBN 9788535243970.</p> <p>Complementar:</p> <p>MORIMOTO, Carlos E. Hardware II: o guia definitivo. Porto Alegre: Sul Editores, 2013. 1086 p. ISBN 9788599593165.</p> <p>FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. Fundamentos da ciência da computação. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xiv, 560 p. ISBN 9788522110537.</p> <p>CARTER, Gerald. LDAP: administração de sistemas. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2009. xiii, 263 p. ISBN 9788576083139.</p> <p>FEDELI, Ricardo Daniel; POLLONI, Enrico Giulio Franco; PERES, Fernando Eduardo. Introdução à ciência da computação. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xvi, 250 p.</p> <p>DALE, Nell; LEWIS, John. Ciência da computação. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2011. xx, 436 p. ISBN 9788521617419.</p>

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E ÉTICA – 30h	
Objetivo	Compreender, interpretar e redigir textos utilizando a norma-padrão da língua portuguesa. Refletir sobre relações pessoais e posturas éticas no ambiente de trabalho. Tema transversal: Educação em direitos humanos.
Ementa	Elementos da comunicação. Leitura e produção textual. Tipos e gêneros textuais. Coerência e coesão. Variação e adequação linguística. Gêneros textuais: ata, relatório, ofício, memorando. Uso de mídias sociais. Linguagem para e-mails. Oratória e apresentação de trabalhos. Relações e condutas profissionais. Tema transversal: Educação ambiental.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p. ISBN 9788572443272 (broch.).</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2010. 432 p. (Ática universidade). ISBN 9788508105946.</p> <p>BOFF, Leonardo. A ethos mundial? Um consenso mínimo entre os humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. 131 p.</p> <p>Complementar:</p> <p>CEGALLA, Domingos Paschoal. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: lexikon., 2009. 431 p. ISBN 9788586368493 (broch.)</p> <p>BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2. ed. ampl. e atual. pelo novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 707 p. ISBN 9788520921456 (broch.).</p> <p>VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. vii, 133 p. (Texto e linguagem). ISBN 8533602103</p> <p>COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 307 p</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras</p>

	<p>falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 367p.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 118p. ISBN 9788585134600 (broch).</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SEGUNDO CICLO

MATEMÁTICA – 180h	
Objetivo	Aprender a construir e fazer cálculos; Interpretar e utilizar a Matemática como construção humana, relacionando seus conceitos ao cotidiano do educando.
Ementa	Equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Expressões Algébricas; médias; números proporcionais; Teoria de conjuntos, Estudo de Funções, Geometria Plana; Sequências e Análise Combinatória. Tema transversal: Educação para o trânsito.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto. Matemática Completa. 2ª ed. renov. São Paulo: FTD, 2005.</p> <p>IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; DEGENSZAJN, David; PÉRIGO, Roberto; ALMEIDA, Nilze de. Matemática: Ciências e Aplicações. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>RIBEIRO, Jackson. Matemática: Ciência, Linguagem e Tecnologia. São Paulo: Scipione, 2012.</p> <p>Complementar:</p> <p>DANTE, L.R. Matemática: contexto e aplicações. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>GENTIL, N.; GRECO, S. E.; SANTOS, C. A. M. Matemática. Coleção: Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>PAIVA, M. Matemática. Volume Único. São Paulo: Moderna, 2005.</p>

FÍSICA – 120h	
Objetivo	Apresentar a Física como uma ciência não neutra e historicamente constituída, associada ao estudo da natureza, particularmente dos movimentos. Relacionar fenômenos naturais com os princípios e leis físicas que os regem. Aplicar os princípios e as leis da Física em problemas envolvendo situações presentes no cotidiano. Analisar e interpretar as grandezas e leis físicas representadas em gráficos e tabelas. Utilizar a representação matemática das leis físicas como instrumento de análise e associação das relações entre grandezas e conceitos. Compreender, interpretar, analisar e estabelecer conexões entre os principais conceitos físicos presentes na cinemática, mecânica, óptica geométrica, ondulatória, eletricidade e magnetismo, necessários para a explicação e compreensão de fenômenos que acontecem todos os dias em nossa volta.
Ementa	Força e movimento. Princípios de conservação. Termodinâmica. Ondas eletromagnéticas. Eletromagnetismo. Tema transversal: Educação para os direitos humanos.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>GASPAR, A. Física Série Brasil (Ensino Médio/Volume Único). São Paulo: Ática, 2004.</p> <p>MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. Curso de Física, vol. 1. São Paulo: Scipione, 2004.</p> <p>ROCHA, J.; VISNECK, R. Física, vol. 1. Curitiba: Editora OPET, 2005.</p> <p>Complementar:</p> <p>LUZ, A. M. R.; ALVARENGA, B. G. Física (volume único). São Paulo: Scipione, 2008.</p> <p>PARANÁ, D. N. S. Física (volume único). 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>SILVA, C. X. e BARRETO FILHO, B. Física aula por aula, vol. 1. São Paulo: FTD, 2010.</p>

BIOLOGIA – 120h	
Objetivo	Contribuir para a formação geral do estudante, proporcionando acesso às bases para o conhecimento e interpretação dos fatos, fenômenos e processos naturais e artificiais que envolvam os conteúdos selecionados de biologia na sua relação com a vida e com o seu cotidiano.
Ementa	Bioquímica, citologia, classificação dos seres vivos (os 5 reinos), fisiologia humana, estudo de hereditariedade, ecologia e poluição ambiental. Tema transversal: Educação ambiental.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>AMABIS, JM; MARTHO, GR. Biologia: biologia das populações. 2ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2004. Volumes 3.</p> <p>LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2014. 384 p.</p> <p>LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio: volume 2. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p.</p> <p>Complementar:</p> <p>CHEIDA, L. E. Biologia Integrada. Obra em 3 v. São Paulo: FTD, 2002.</p> <p>LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. Bio, volume 3. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 400 p.</p> <p>MACHADO, S. Biologia: ciência & tecnologia. – volume único – 1 ed.- São Paulo: Scipione, 2009. 688 p.</p> <p>PAULINO, W. R. Biologia atual. Obra em 3 v. - 14. ed. - São Paulo: Ática, 2002. 303p.</p> <p>RAVEN, P. H. et al. Biologia Vegetal. – 7 ed. – tradução Ana Cláudia de Macêdo Vieira et al. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 830 p. WILSON, E. O. Diversidade da vida. - 1 ed. – tradução: Carlos Afonso Malferrari. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 447p.</p>

ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL – 30h	
Objetivo	Conhecer as principais funções de uma empresa, sua estrutura e organização. Exercitar práticas administrativas.
Ementa	Conceitos, definições e funções das empresas e organizações; Recursos; Estrutura e Organização Empresarial; Funções Básicas da Administração; Protocolo e Arquivo; Ambiente Organizacional. Métodos de organização empresarial. Organização de eventos. Execução de práticas administrativas. Tema transversal: Processo de envelhecimento e valorização do idoso.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. xxviii, 608 p.</p> <p>DRUCKER, Peter F. Introdução à administração. São Paulo, SP: Pioneira, 1984. 713 p.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008. XXI, 491 p.</p> <p>Complementar:</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: Edição compacta. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 19. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.</p>

ATENDIMENTO AO CLIENTE – 30h	
Objetivo	Identificar técnicas de atendimento ao cliente. Conhecer aspectos de marketing empresarial.
Ementa	Técnicas de atendimento ao cliente. Tipos de clientes. Satisfação do cliente. Vendas inteligentes. Fidelização de clientes; Pesquisa de satisfação. Excelência em atendimento ao cliente. Marketing de vendas. Tema transversal: Educação ambiental.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006. 750 p.</p> <p>KOTLER, Philip; BLOMM, Paul N. Marketing de serviços profissionais. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1988. 511 p.</p> <p>CHURCHILL, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 626 p.</p> <p>Complementar:</p> <p>BEKIN, Saul Faingaus. Endomarketing: como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2004. xv, 186 p.</p> <p>KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 303 p.</p>

TERCEIRO CICLO

HISTÓRIA – 120h	
Objetivo	Conduzir os alunos a refletir sobre as diferentes relações sociais e de trabalho que caracterizam as diversas sociedades no tempo e no espaço, desenvolvendo a capacidade de leitura e interpretação de diferentes fontes históricas. Reconhecer as permanências e mudanças em relação a vários aspectos da sociedade, das atividades humanas, das relações de trabalho e das concepções de cidadania.
Ementa	1. Concepções de tempo e História. 2. Pré-História, arte rupestre e os primeiros povos da América. 3. Manifestações culturais inerentes às civilizações da Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. 4. Estruturas econômicas, políticas e sociais da Idade Média, o papel da Igreja e a cultura durante o período medieval. 5. As transformações na estrutura da sociedade europeia ocidental decorrente da transição entre o feudalismo e o capitalismo: Cruzadas e o contato com as civilizações orientais/islâmicas, Renascimento, Reforma Religiosa e Formação dos Estados Nacionais. 6. História das civilizações pré-colombianas. 7. Brasil Colônia: economia, política e sociedade. 8. O fim do Antigo Regime: o advento da modernidade e o iluminismo. 9. Revolução Francesa e Império Napoleônico. 10. Transformações geográficas, econômicas e políticas ocorridas devido a Revolução Industrial. 11. Estados Unidos: Colonização, independência e expansão no século XIX. 12. Independência das colônias da América espanhola e do Haiti. 13. Independência política do Brasil. 14. Os povos africanos América. 15. Sociedade e trabalho na Primeira República brasileira. 16. Imperialismo e Primeira Guerra Mundial. 17. Crise do capitalismo e regimes autoritários. 18. Segunda Guerra Mundial. A memória social como fonte de pesquisa e a valorização do idoso. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei no 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso – conforme Resolução No. 2 – CNE/CEB/2012). Educação em Direitos Humanos (Decreto no 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 – conforme Resolução No. 2 – CNE/CEB/2012). 19. Era Vargas. 20. Descolonização e conflitos regionais. 21. Período democrático no Brasil. Populismo no século XX. 22. Golpe civil-militar e autoritarismo no Brasil. Ditaduras na América Latina. 23. Fim da História: a fragmentação da União Soviética e o término das utopias. 24. A volta do processo democrático no Brasil. Princípios neoliberais e a nova ordem mundial. Globalização, Internet e a Terceira Revolução Industrial. Tema transversal: Educação para os direitos humanos.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>BETHELL, Leslie. História da América Latina (volumes II e III). São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.</p> <p>FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.</p> <p>HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>Complementar:</p>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil** - Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVII, volume 3: o tempo do mundo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOBSBAWM, E. J.; GARSCHAGEN, Donaldson M. (Trad.). **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). **Síntese da coleção História Geral da África**: século XVI ao século XX. Brasília, DF: UNESCO, 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2014.

VEYNE, Paul (Org.). **História da vida privada**: Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

GEOGRAFIA – 120h	
Objetivo	<p>Buscar a conscientização geográfica e a formação de cidadãos que compreendem as transformações do espaço geográfico a partir do lugar e de suas relações socioeconômicas e culturais de poder. Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos geográficos.</p>
Ementa	<p>Categorias de análise do espaço geográfico: paisagem, território, região e lugar a partir do espaço vivido; Meios de orientação: sol e sombra; Alfabetização cartográfica com o município de Videira e sua configuração espacial; A dinâmica dos elementos naturais e suas relações com as sociedades; As inter-relações entre os aspectos demográficos, urbanos, rurais e industriais; A Nova Ordem Mundial e suas implicações na vida das diferentes sociedades e na economia local e global; As empresas transnacionais e o comércio. Tema transversal: Processo de envelhecimento e valorização do idoso.</p>
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>BOLIGIAN, Levon. Geografia: espaço e vivência. São Paulo: Atual, 2007.</p> <p>GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade. 10 ed. - Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2011.</p> <p>MOREIRA, Ruy. O que é Geografia? 2ª Ed. Revisada e Ampliada. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2010.</p> <p>Complementar:</p> <p>LACOSTE, Ives. A Geografia serve, antes, para fazer a guerra. Campinas, São Paulo, Papirus, 1988.</p> <p>MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação. - 2 ed. - São Paulo : Contexto, 2012.</p> <p>SANTOS, Milton; SILVEIRA Maria L.S. O Brasil – Território e Sociedade no Início do Século XXI. 5ª Edição. Rio de Janeiro e São Paulo: E. Record, 2003.</p> <p>SANTOS, Milton. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.</p> <p>SPOSITO, Eliseu Sevério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo : Editora UNESP, 2004.</p>

FILOSOFIA – 60h	
Objetivo	Oferecer aos alunos conhecimentos provenientes do saber filosófico e das teorias da filosofia, para que possam olhar criticamente para a realidade que os cerca, posicionando-se responsabilmente como indivíduo e cidadão.
Ementa	O estudo de Filosofia. Sua origem e nascimento. Seus campos do conhecimento. Principais períodos de sua história da filosofia e seus aspectos contemporâneos. As concepções de verdade e a busca desta. Aspectos referentes ao conhecimento, a preocupação com este, a percepção e a memória. Imaginação, linguagem e pensamento. Possibilidades da consciência. A razão. Ignorância e verdade. Teoria do conhecimento. A filosofia política. Concepções de filosofia e métodos de investigação. Ciência: atitude científica, a ciência na história, as ciências da natureza, as ciências humanas. Concepções de ética e política. Iluminismo, filosofia moderna e contemporânea. Tema transversal: Educação alimentar e nutricional.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>ARANHA, M. L. A. Filosofando: Introdução à filosofia. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. 520 p. ISBN 9788508134694.</p> <p>VERNANT, J. P.; FONSECA, Í. B. As origens do pensamento grego. 20ª ed. Rio de Janeiro; DIFEL, 2011.</p> <p>Complementar:</p> <p>ARENDDT, H. A condição humana. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.</p> <p>FLORENZANO, M. B. B. O mundo antigo: economia e sociedade: Grécia e Roma. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>GAARDER, J. Mundo de Sofia: Romance da história da filosofia. São Paulo: Cia das Letras, 1995.</p> <p>LA TAILLE, Y. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.</p>

SOCIOLOGIA – 60h	
Objetivo	Contribuir para o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica do estudante acerca da construção dos sujeitos, das instituições e da sociedade em geral e, compreender as transformações no mundo do trabalho e o impacto das tecnologias.
Ementa	Contexto histórico do surgimento da Sociologia como ciência. O processo de desnaturalização ou estranhamento da realidade. O homem como ser social. Socialização e o processo de construção da identidade. As correntes teóricas clássicas do pensamento sociológico. Cultura. Trabalho e Sociedade. Da Diferença às Desigualdades Sociais: comparação entre os dois conceitos. Relações raciais e étnicas. Gênero e sexualidade. Impactos Sociais da Tecnologia. Divisão social e sexual do trabalho. Crise no mundo do Trabalho. Globalização. Sociedade e Meio Ambiente. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação e direitos humanos; educação ambiental.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>ARAUJO, S.M. BRIDI, M. A. e MOTIM, B. L. Sociologia. São Paulo: Editora Scipione, 2013. ISBN 9788510053501</p> <p>GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. ISBN 978853630222-5.</p> <p>TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio: volume único. 4. ed. São Paulo: Atual, 2014. 368 p. ISBN 9788535719475.</p> <p>Complementar:</p> <p>COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 488 p. ISBN 9788516065959 (broch.).</p> <p>OLIVEIRA, Pésio Santos de. Introdução à sociologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994. 144 p. ISBN 8508028563..</p> <p>SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber . 6. ed., rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 176 p. (Coleção Sociologia). ISBN 9788532639059.</p> <p>TOSCANO, Moema. Introdução à sociologia educacional. 14. ed.. rev. ampl. Petrópolis : Vozes, 2010. 254 p. ISBN 9788532606242 (broch.).</p>

LEGISLAÇÃO E DIREITOS TRABALHISTAS – 30h	
Objetivo	Conhecer os principais aspectos das relações trabalhistas e sua legislação.
Ementa	Hierarquia das leis. Introdução à legislação trabalhista e previdenciária. Relação empregador e empregado. Contrato de trabalho: generalidades, modalidades, cláusulas essenciais, rescisão. Jornada de trabalho. Benefícios previdenciários. Tema transversal: Educação ambiental.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>CARRION, Valentin. Comentários a consolidação das leis do trabalho: legislação complementar, jurisprudência. 35. ed. atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 1322 p.</p> <p>CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Editora Método, 1349 p.</p> <p>SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012. 256 p.</p> <p>Complementar:</p> <p>LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de direito do trabalho e processo trabalhista. São Paulo, LTR, 2007.</p> <p>SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Curso de Iniciação ao Direito do Trabalho. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo, LTR, 2011.</p>

CONTABILIDADE BÁSICA – 60h	
Objetivo	Conhecer trâmites contábeis necessários para a área de administração.
Ementa	Noções básicas de contabilidade: receita; controle de custos fixos e variáveis; formação de preço de venda; lucro líquido; fluxo de caixa; investimentos; juros simples; Práticas em Custos e Finanças. Tema transversal: Educação para o trânsito.
Referências Bibliográficas	<p>Básica:</p> <p>BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3. ed. -. São Paulo: Atlas, 2010. xiv, 214 p.</p> <p>COSTA, Rosenei Novochadlo da; MELHEM, Marcel Gulin. Contabilidade avançada: uma abordagem direta e atualizada. Curitiba: InterSaberes, 2012. 133 p. (Série Gestão Financeira).</p> <p>BORINELLI, Márcio Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 483 p.</p> <p>Complementar:</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade introdutória. 11. ed. -. São Paulo: Atlas, 2010. 335p.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010</p>